Novo atrativo no Espaço Cultural

A mostra "5 Expressões" é o novo atrativo do Espaço Cultural do Conselho. São pinturas, cerâmicas e esculturas de cinco artistas paranaenses, dois deles com formação médica, que estarão abertas à visitação pública até 15 de abril. A abertura ocorreu no dia 3 de março. Esta é a terceira exposição no espaço, inaugurado em outubro do ano passado.

Páginas 12 e 13

JORNAL DO

CRM PR

Informativo do Conselho Regional de Medicina do Paraná

Ano VIII • N.º 66
Janeiro a Março / 2005
www.crmpr.org.br
e-mail: jornal@crmpr.org.br

Endereço para devolução:
Rua Victório Viezzer, 84. Vista Alegre. Curitiba-PR. 80810-340

IMPRESSO ESPECIAL
3600137001/2001-DR/PR
CRM/PR
CORREIOS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

A hora do SIM à regulamentação de competências médicas!

A mobilização em prol da aprovação do PLS n.º 25/2002 ingressa numa fase decisiva. Até o final de março poderá ser apresentado o parecer da relatora da proposta do **Ato Médico**. A continuidade de seu trâmite na esfera do Legislativo Federal depende do esforço de cada um dos médicos, sobretudo ajudando a criar consciência de que a normatização do exercício da Medicina é um instrumento legítimo de defesa da sociedade e em nada interferindo nas prerrogativas legais já estabelecidas para as demais profissões de saúde. Nesse processo, toda classe é conclamada a multiplicar o abaixo-assinado que defende a regulamentação de competências médicas. **Páginas 2 e 3**

Reunião na sede do CRM, dia 3 de março, marcou a ativação dos núcleos regionais na mobilização em prol do Ato Médico.

Projeto pode legitimizar CBHPM na saúde suplementar

É iminente a votação do projeto de lei que coloca a CBHPM como referencial na assistência supletiva. Em meio a essa expectativa, a Comissão Estadual de Honorários está formalizando acordo com as empresas de autogestão, importante passo na consolidação do movimento pela dignidade da profissão. Reunida no Rio, a Comissão Nacional (foto) definiu novas estratégias. **Página 20**

Muitas novidades para educação continuada

O Conselho está participando de um programa pioneiro de educação continuada para profissionais que atuam nas áreas de emergência. Ao mesmo tempo, retoma as videoconferências e discussões anátomo-clínicas, agora com possibilidade de os médicos acompanharem também pela internet. As Jornadas de Bioética terão edições em Maringá, Londrina e Curitiba no primeiro semestre. Em maio ainda será realizado o II Seminário de Ética e Educação Continuada, envolvendo todas as sete escolas médicas do Paraná.
Páginas 7, 9, 10 e 11

IMPRESSO ENVELOPAMENTO AUTORIZADO. PODE SER ABERTO PELO ECT

A hora do Ato Médico!

O momento é decisivo. Os médicos devem e precisam defender o exercício da Medicina de qualidade, exigindo que todos os cidadãos brasileiros recebam sua atenção à saúde dentro dos preceitos constitucionais de universalidade, igualdade e eqüidade. Entendemos que a atenção à saúde deve ser feita por equipe multiprofissional, onde a função de cada componente deve ser claramente definida por leis específicas.

Os médicos precisam conscientizar a sociedade dos verdadeiros objetivos da regulamentação do Ato Médico, esclarecendo aos seus pacientes a importância da aprovação do Projeto de Lei n.º 25/2002, que tem como fulcro principal a proteção do cidadão. Ao estabelecer a regulamentação de competências médicas, a lei assegurará aos pacientes o acesso ao profissional médico, respeitando as demais prerrogativas legais já estabelecidas para as demais profissões da área de saúde.

Está equivocado quem entende que o médico deseja para si todas as responsabilidades e práticas que envolvem o atendimento ao paciente, assim como é equivocado acreditar que os demais profissionais de saúde possam agir sem respeitar os limites descritos em suas próprias leis de exercício profissional.

O estabelecimento de competências dos médicos na equipe multiprofissional de saúde, com vistas a uma assistência integral à saúde das pessoas, transforma o PL 25/2002 em um instrumento de proteção à sociedade.

Devemos permanecer atentos às políticas de saúde baseadas somente na viabilização financeira, que sempre foram de valores insuficientes em nosso País. Não podemos permitir a banalização da medicina, que se revela, neste momento, um risco presente. Citamos, como exemplo, a iniciativa da USP de lançar em 2005 dois cursos superiores com duração de dois anos, para formar tecnólogos em obstetrícia e gerontologia, desrespeitando várias profissões de área de saúde.

Nesse sentido, o fortalecimento **social** do SUS conforme descrito em nossa Constituição, não permitindo que a lógica de recursos financeiros supere os direitos igualitários do cidadão de acesso à saúde, constitui a necessária defesa da sociedade que deve ser exercida pelas entidades médicas.

Se a participação dos colegas nessa luta é premente e necessária, por outro lado a classe médica e os demais profissionais de saúde necessitam de harmonia e tranqüilidade para melhor desempenharem suas atividades em prol de uma atuação integral ao paciente. Desejamos que o branco das vestes de todos os profissionais de saúde os façam lembrar que a sociedade deseja uma equipe multidisciplinar em ***paz***, unidas em prol da saúde.

Já dizia a canção que "quem sabe faz a hora, não espera acontecer!". A sociedade precisa ser informada para dizer **não** a uma medicina sem médicos e **sim** ao Projeto de Lei 25/2002. O futuro que queremos é construído, dia-a-dia, pelas nossas atitudes.

Cons. Donizetti Dimer Giamberardino Filho,
presidente do CRMPR

Prestação de contas de 2004

A Diretoria do Conselho de Medicina do Paraná realizou em 28 de fevereiro a reunião extraordinária para prestação de contas do exercício de 2004 (foto). O relatório, com suas 113 páginas, mostra que o ano passado foi de intensa atividade no CRM, não só administrativa e judicante mas, principalmente, em defesa e valorização da profissão médica. Os conselheiros tiveram participação em pelo menos 560 eventos, incluindo mobilizações em prol da Classificação e do Projeto do Ato Médico, reuniões de Câmaras Técnicas, jornadas de bioética e entrevistas aos meios de comunicação. Também ocorreram 40 designações de conselheiros para composição de comissões de trabalho técnico-científico de âmbito interno e externo. O auditório do Conselho abrigou 39 eventos, com destaque para os de telepatologia com discussão anátomo-clínica e outros de educação continuada. No exercício foram realizadas 49 reuniões de diretoria, 52 plenárias e mais duas plenárias extraordinárias, além de 67 julgamentos. Também ocorreram 15 sessões solenes de entregas de carteiras e uma assembléia geral. Em outubro, como parte das comemorações do Dia do Médico, o Conselho de Medicina inaugurou o seu Espaço Cultural , efetuou a entrega do Diploma de Mérito Ético a 33 médicos pelo Jubileu de Ouro e ainda premiou os vencedores do concurso de monografia, que versou sobre "Células-tronco e a ética".

expediente

CRMPR

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Paraná

Conselho Editorial
Donizetti Dimer Giamberardino Filho (coordenador), Luiz Sallim Emed, Gerson Zafalon Martins, Ehrenfried Othmar Wittig, João Manuel Cardoso Martins e Hernani Vieira

Diretoria
Presidente: Cons Donizetti Dimer Giamberardino Filho / **Vice-Presidente:** Cons. Hélcio Bertolozzi Soares / **1.ª Secretária:** Cons. Raquele Rotta Burkiewicz / **2.º Secretário:** Cons. Mauri José Piazza / **Tesoureiro:** Cons. Gerson Zafalon Martins / **Tesoureiro-Adjunto:** Cons. Roberto Bastos da Serra Freire **Corregedor:** Cons. Carlos Roberto Goytacaz Rocha **Corregedor-Adjunto:** Cons. Luiz Sallim Emed.

Conselheiros
Alexandre Gustavo Bley, Antonio Techy, Carlos Edmundo Rodrigues Fontes, Carlos Ehlke Braga Filho, Carlos Puppi Busetti Mori, Carlos Roberto Goytacaz Rocha, Célia Inês Burgardt, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Edgard Luiz Westphalen, Ewalda Von Rosen Seeling Stahlke, Fernando Meyer, Gerson Zafalon Martins, Hélcio Bertolozzi Soares, Hélio Delle Donne Júnior, Joachim Graf, José Luís de Oliveira Camargo, Kemel Jorge Chammas, Lúcia Helena Coutinho dos Santos, Luiz Antonio de Melo Costa, Luiz Ernesto Pujol, Luiz Sallim Emed, Marcelo da Silva Kaminski, Marco Antonio do Socorro M. Ribeiro Bessa, Marcos Flávio Gomes Montenegro, Marília Cristina Milano Campos, Mário Stival, Marta Vaz Dias de Souza Boger, Mauri José Piazza, Maurício Marcondes Ribas, Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho, Monica de Biase Wright Kastrup, Paulo Roberto Mussi, Raquele Rotta Burkiewicz, Roberto Bastos da Serra Freire, Romeu Bertol, Roseni Teresinha Florencio, Sérgio Maciel Molteni, Sérgio Ossamu Ioshii, Wadir Rúpollo (falecido), Wanderley Silva, Wilmar Mendonça Guimarães e Zacarias Alves de Souza Filho.

Membros Natos
Dr. Duilton de Paola, Dr. Farid Sabbag, Dr. Luiz Carlos Sobania, Dr. Wadir Rúpollo (falecido em 23/05/04) e Luiz Sallim Emed
Consultor Jurídico: Antonio Celso Cavalcanti de Albuquerque
Assessores Jurídicos: Afonso Proença Branco Filho e Martim Afonso Palma
Médicos Fiscais: Dr. Elísio Lopes Rodrigues e Dr. Paulo César Aranda

Sede – Curitiba / Regionais da Saúde Estadual: Curitiba / Curitiba Norte / Curitiba Sul / Paranaguá
Rua Victório Viezzer, 84, bairro Vista Alegre / 80810-340 - Curitiba – PR /
Fone: (0xx41) 240-4000 / Fax: (0xx41) 240-4001 - e-mail: crmpr@crmpr.org.br
·Delegacia Regional de Apucarana
Rua Dr. Oswaldo Cruz, 510 – sala 502 / Edifício Palácio do Comércio – Centro / 86800-720 – Apucarana-PR/ Fone: (0xx43) 424-1417 / e-mail: apucarana@crmpr.org.br
Presidente: Dr. José Marcos Lavrador
·Delegacia Regional de Campo Mourão
Rua Harrison José Borges, 1154 - sala 602 - Ed. Likes / 87303-130 – Campo Mourão- PR / Fone/fax: (0xx44) 525-1048 / e-mail: cmcrmpr@onda.com.br
Presidente: Dr. Antônio Carlos Cardoso
·Delegacia Regional de Cascavel
Rua Senador Souza Naves, 3983 – sala 705 / Edifício Comercial Lince – Centro / 85801-250 – Cascavel-PR / Fone/fax: (0xx45) 222-2263 / cascavel@crmpr.org.br
Presidente: Dr. Keithe de Jesus Fontes
·Delegacia Regional de Foz do Iguaçu
Rua Almirante Barroso, 1293 – sala 604/ Cond. Centro Empr. Pedro Basso / 85851-010 – Foz do Iguaçu – PR / Fone/fax: (0xx45) 572-4770 / fozdoiguacu@crmpr.org.br
Presidente: Dr. Isidoro Antonio Villamayor Alvarez
·Delegacia Regional de Guarapuava
Rua Barão do Rio Branco, 779, sala 07 – Centro / 85.010-040 – Guarapuava-PR/ Fone/fax: (0xx42) 623-7699 / arletegp@hotmail.com
Presidente: Dr. Wagner Novaes Carneiro
·Delegacia Regional de Londrina
Av. Higienópolis, 32 sala 1403 / Cond. Empr. Newton Câmara/ 86020-040 – Londrina-PR / Fone: (0xx43) 3321-4961 /Fax: 3339-5347 / londrina@crmpr.org.br
Presidente: Dr. Marcos Menezes Freitas de Campos
·Delegacia Regional de Maringá
Ruas das Azaléias, 209 / 87060-040 – Maringá- PR / Fone/fax: (0xx44) 224-4329/ e-mail: maringa@crmpr.org.br
Presidente: Dr. Mário Massaru Miyazato
·Delegacia Regional de Pato Branco
Rua Ibiporã, 333,sala 401 – Centro / 85501-280 / Fone/fax: (0xx46) 225-4352 / e-mail: pbcrmpr@onda.com.br
Presidente: Dr. Paulo de Tarso Fernandes Furtado
·Delegacia Regional de Ponta Grossa
Rua XV de Novembro, 512 sala 76 – Centro / 84010-020 – Ponta Grossa-PR/ Fone/fax: (0xx42) 224-5292 / pontagrossa@crmpr.org.br
Presidente: Dr. Luiz Jacinto Siqueira
·Delegacia Regional de Toledo
Rua Santos Dumont, 2705 – Centro / 85900-010 – Toledo-PR / Fone/fax: (0xx45) 252-3174 / e-mail: toledo@crmpr.org.br
Presidente: Dr. Eduardo Gomes
·Delegacia Regional de Umuarama
Praça da Bíblia, 3336 – sala 302 / Edifício Cemed – Zona 01 / 87501-670 – Umuarama-PR / Fone/fax: (0xx44) 622-1160 / e-mail: umcrmpr@onda.com.br
Presidente: Dr. João Jorge Hellú
·Delegacia Regional de Fronteira de Rio Negro/Mafra
Rua Nicolau Bley Neto, 100 - 83880-000 - Rio Negro-PR
Fone/Fax: (0xx47) 643-6140 / e-mail: rionegro@crmpr.org.br
Presidente: Dr. Jacy Gomes

Jornalista responsável: Hernani Vieira – Mtb 993/06/98V-PR / **Assistente editorial:** Priscila P. J. Naufel / **Fotos:** Joel Cerizza, Miro Matiak e Márcio Arruda (CFM) / **Editoração:** Upper Comunicação (0xx41) 252-0674 / **CTP e Impressão:** Serzegraf **Tiragem:** 17.000 exemplares.

Regulamentação de competências médicas, uma luta de todos nós!

Das competências da área de saúde, as do médico são as únicas não efetivamente regulamentadas por lei Federal. Assim, a sua aprovação visa unicamente a normatização do exercício da medicina, respeitando o profissional, a sociedade e as demais profissões já regulamentadas. Neste momento, a classe médica vive um momento crucial na definição de seu futuro e suas atribuições, o que depende da conscientização e mobilização de todos os profissionais. É preciso dizer **não** à Medicina sem médico. É preciso dizer **sim** para uma assistência a saúde compartilhada, respeitando os limites de cada profissional, e que tenha como prioridade a segurança da população.

O ponto de partida é emergencial e visa incentivar a multiplicação de assinaturas no abaixo-assinado em defesa da aprovação do projeto de regulamentação que tramita no Senado Federal. Formulários com carta-resposta foram encaminhados pelo Conselho Federal de Medicina a todos os médicos brasileiros, no início do ano. Embora a recomendação fosse para se propagar as listas, muitos médicos a devolveram com apenas a sua assinatura, ignorando o espaço para abrigar um total de 25 manifestações em prol da aprovação do PLS n.º 25/2002. Quando da reunião realizada pela Comissão do Ato Médico no CFM em Brasília, no dia 23 de fevereiro, tinham sido contabilizadas pouco mais de 200 mil assinaturas, que equivalem a 10% do montante estimado como plausível.

Mobilização política

No Paraná, o Conselho de Medicina, com o apoio de outras entidades e escolas médicas, vem incrementando a campanha para que seja reforçada a manifestação popular e contribua para que se alcance um patamar superior a 2 milhões de cidadãos signatários no abaixo-assinado até 30 de março, data em que a senadora-relatora Lúcia Vânia (PSDB-GO) vai apresentar o seu parecer. O movimento objetiva afastar o risco de a proposta vir a ser arquivada diante da pressão exercida por uma corrente contrária, que em seu abaixo-assinado consignou mais de 500 mil assinaturas explorando o desconhecimento da relevância do projeto. A expectativa da classe médica é de que o parecer da senadora seja favorável. Há a tendência de a matéria ser colocada em audiência pública, num processo a ser conduzido pelo sucessor de Lúcia Vânia na presidência da Comissão de Assuntos Sociais, o parlamentar Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Se aprovado, o projeto segue à esfera da Câmara dos Deputados para um rito idêntico.

Manifesto recebe adesões

O manifesto das Associações Médicas Científicas Brasileiras, intitulado "Medicina ameaçada é Saúde arriscada" e assinado por 58 entidades, está sendo entregue aos senadores com o propósito de melhor esclarecê-los sobre a importância do PL 25/2002. No âmbito nacional, várias são as estratégias para esclarecer a opinião pública de que o substitutivo do senador Tião Viana à proposta original de Geraldo Althoff em nada conflita com as prerrogativas legais das demais profissões. O projeto é simples, prático e objetivo. Tem apenas cinco artigos, três deles específicos à questão, que visam exclusivamente legislar sobre os atos profissionais dos médicos. Reforça o conceito de equipe de saúde, respeitando as esferas de competência.

Donizetti Gimberardino Filho, Sérgio Molteni, Luiz Sallim Emed e Alexandre Bley, em reunião da Comissão do Ato Médico, em fevereiro.

Atenção:

O abaixo-assinado pode ser entregue em qualquer Delegacia Reginal ou na sede do CRMPR, ou ainda ser postado diretamente ao CFM (SGAS 915, lote 72, CEP 70390-150, Brasília-DF). Saiba mais sobre a mobilização acessando os sites do CFM ou CRM ou ainda www.atomedico.org.br

Núcleos expandem mobilização

A regulamentação de competências médicas é uma luta de todos. É a largada para uma mobilização muito mais ampla: a valorização e dignificação da profissão médica. Depois de constituir a sua Comissão Estadual do Ato Médico, o CRMPR realizou em sua sede, na noite de 3 de março, encontro para ativar os núcleos que visam irradiar o movimento em todas as regiões do Paraná, seja entre os médicos ou no meio acadêmico. Muito mais que propagar o abaixo-assinado em defesa da regulamentação, a iniciativa defende um profissional médico engajado e consciente de que, além de não delegar atribuições que lhe são próprias, é preciso esclarecer aos pacientes e à sociedade de modo geral que a questão mais relevante é a da qualidade e segurança na assistência.

O Conselho de Medicina do Paraná produziu um folder com informações gerais sobre a proposta da regulamentação e que ajuda a desmistificar o conceito errôneo de reserva de mercado ou predomínio da Medicina em detrimento às demais profissões relacionadas à saúde. O material está sendo encartado nesta edição do *Jornal do CRMPR*, que chega às mãos de todos os médicos paranaenses. Sua divulgação visa incrementar a coleta de assinaturas do documento a ser entregue no Senado. Contudo, numa etapa seguinte os folderes devem ser distribuídos nos consultórios, meio estudantil e à população de modo geral, através das câmaras municipais, conselhos de saúde e outros colegiados.

A reunião para ativação dos núcleos ocorreu na Plenária do Conselho e teve a participação de representantes de todas as regiões. Também estiveram presentes coordenadores ou representantes de cursos de Medicina e o presidente da Associação Médica, Cláudio Cunha. O presidente do CRMPR, Donizetti Giamberardino Filho, fez a abertura do encontro. O conselheiro Sérgio Molteni, coordenador da Comissão Estadual do Ato Médico, fez um histórico sobre aspectos legais da atividade médicas e da luta pela regulamentação específica. Os conselheiros Luiz Sallim Emed, Alexandre Bley e Miguel Hanna Sobrinho, que atuam na Comissão, discorreram sobre a mobilização e o temor de que pressões políticas continuem a defender uma assistência de baixo custo e distanciada de critérios técnicos, com riscos previsíveis à população. Avanços como os conquistados nas áreas materno-infantil poderiam ser ofuscados pela descaracterização do serviço médico, como o paliativo das Casas de Parto, advertiram os conselheiros.

Segurança e dignidade para estimular a interiorização

O presidente da Delegacia Regional em Umuarama é o entrevistado desta edição do Jornal do CRM, na série iniciada após as eleições de 2003. João Jorge Hellú, que já presidiu a Associação Médica de Umuarama e também a Associação dos Hospitais local, está à frente da Regional do Conselho desde outubro de 2003. Ele faz uma análise otimista das perspectivas para a saúde com a nova gestão política nos municípios, destacando Umuarama, onde assumiu o Dr. Luiz Renato Ribeiro de Azevedo, ex-delegado do Conselho e também ex-secretário municipal de saúde. Sobre a implantação da Classificação Hierarquizada, o presidente entende que será possível com a união da classe. Diante da má qualidade do ensino médico, avalia o exame de qualificação como uma boa alternativa. No processo de interiorização do médico, entende que só será possível quando os municípios proporcionarem as condições para o exercício da atividade com segurança e dignidade.

A cidade de Umuarama conta com 182 médicos, que representa proporção de um profissional para cada grupo de 498 habitantes. No âmbito de toda a Regional, que congrega atualmente 33 municipalidades, são 339 médicos, o que torna o quadro proporcional um pouco menos favorável.

Jornal do CRMPR - Umuarama já foi afamada por dispor de uma das maiores e mais complexas estruturas hospitalares do Paraná, resultado de período de desenvolvimento privilegiado. Qual é a realidade? O elevado grau de dependência do sistema público coloca em risco a saúde financeira dos hospitais locais?

Dr. João Jorge Hellú - A realidade atual é que Umuarama continua com boas estruturas hospitalares. Continua sendo um grande centro de prestação de serviços na área de saúde. A situação financeira dos hospitais é muito mais um problema administrativo que dependência de poder público.

Jornal - As parcerias entre Secretaria Estadual de Saúde, o Consórcio Intermunicipal (Cisa) e a Norospar (Hospital São Paulo) prevêem repasse de recursos de R$ 87 mil para investir em melhorias no atendimento à população. Não parece pouco para os 21 municípios da Regional?

Dr. João Jorge – Ainda não temos informações maiores desta parceria e também não conhecemos qual o atendimento que será dado à população.

Jornal - O Dr. Luiz Renato Ribeiro de Azevedo, ex-delegado do Conselho, assumiu a atual administração de Umuarama disposto a oferecer melhor atenção à saúde. Observou de imediato muitas dificuldades e que todos os programas de saúde estão deficitários, inclusive com três dos seis PSF desativados. Qual a expectativa da classe médica para o setor de saúde da cidade?

Dr. João Jorge - O Dr. Luiz Renato tem como prioridade a saúde e nos informou que dará atenção especial ao PSF, com realização de concurso imediatamente. A expectativa da classe médica é a melhor possível, pois o Dr. Luiz Renato é merecedor de toda nossa confiança.

Jornal - Nos municípios da região há um aceno positivo na área de saúde com os novos prefeitos. A população ivateense poderá ter acesso novamente ao Hospital Divina Providência, fechado há oito anos, o prefeito de Nova Olímpia anuncia a construção de seu hospital... Apesar da importância de cada municipalidade contar com seus serviços, não é um risco centrar recursos em investimentos sem a garantia de que o teto financeiro possa assegurar a prestação dos serviços?

Dr. João Jorge - Importante é que a população de cada município tenha acesso aos serviços de saúde e que os novos prefeitos possam dar esta garantia.

Jornal - Uma vida não tem preço. Para o médico, cabe-lhe todo esforço para o exercício de sua atividade. Umuarama virou foco de uma polêmica, com a busca na Justiça de assegurar o recursos necessários para que uma menina de três anos fosse submetida a transplante nos Estados Unidos, de resultado duvidoso. O montante corresponde à quase totalidade do que o município gasta num mês em todas as ações de saúde. O acesso à saúde é um direito constitucional, mas como explicar isso aos pacientes que encontram toda dificuldade para ser atendido, mesmo que em consulta especializada? Estaríamos à beira de uma avalanche de ações que obrigaria o governo federal a multiplicar o seu orçamento para saúde?

Dr. João Jorge - Na verdade há um direito constitucional á saúde, o qual deve ser preservado pelos poderes públicos. O respeito a esse direito tem sido proclamado pela Justiça sempre que chamada para tal. Nesse caso específico, houve razões muito fortes para decisão da Justiça local, assim como houve razões muito fortes para suspensão dessa decisão. É justamente nesses casos extremamente contraditórios que o papel da Justiça é fundamental. Vale a pena, pois, aguardar a decisão final.

Jornal - Em Umuarama, temos um médico para cada grupo de 498 habitantes, o que é cômodo dentro dos parâmetros da OMS. Mas muitos dos demais municípios da região sequer conseguem manter seus profissionais. Como mudar isso?

Dr. João Jorge - A mudança só ocorrerá quando os municípios puderem dar condições para que o médico exerça sua profissão com segurança e dignidade.

Jornal - Qual a sua opinião sobre o atual estágio da qualidade do ensino médico? O exame de habilitação profissional pode ser uma alternativa?

Dr. João Jorge - A minha opinião é que a qualidade do ensino médica é falha e deixa a desejar. Acredito que o exame de habilitação pode ser a solução para o problema.

Jornal - Na questão da atualização e educação continuada, como o médico da região se sente? Qual a contribuição da Associação Médica local e CRM nesse sentido?

Dr. João Jorge - A Associação Médica de Umuarama e o CRM são atuantes e têm contribuído bastante para o processo de atualização dos médicos e estamos na expectativa de que em breve estejamos integrados ao programa de tele e videoconferências.

Jornal - Paranavaí está na iminência de ganhar a sua Delegacia Regional. Esse fracionamento, que alcança até mesmo a extensão da Delegacia de Umuarama, tende a trazer benefícios para o nosso médico?

Dr. João Jorge – Sim, pois a interiorização do CRM foi uma grande vitória dos médicos fora do eixo da Capital.

Jornal - A regulamentação da

profissão médica é um dos pontos mais relevantes da mobilização das entidades. O médico da região está consciente de sua importância nessa luta?

Dr. João Jorge - Além de estarem conscientes, os médicos estão engajados nessa luta.

Jornal - Falando em luta, estamos mobilizados pela implantação da Classificação Hierarquizada na saúde suplementar. Qual sua análise sobre a importância da CBHPM na valorização da atividade médica?

Dr. João Jorge - A análise que faço, é que só venceremos essa luta com a união de toda a classe médica.

Jornal - A assistência na área de saúde mental enfrenta sérios problemas no país, sobretudo pela desospitalização desorganizada. Parece que Umuarama é uma exceção nesse processo...

Dr. João Jorge - Sim. A saúde mental sempre fez parte da prioridade de nosso município.

Jornal - Pela proximidade com países vizinhos que integram o Mercosul, há o risco de o livre trânsito das profissões infligir prejuízos à qualidade da prática médica?

Dr. João Jorge - Sim. Mas a melhor qualidade será sempre a vencedora.

Sede de Cascavel deve ser inaugurada em maio

A sede própria da Delegacia Regional de Cascavel poderá ser inaugurada até o final de maio. Ao fazer a previsão, o presidente Keithe de Jesus Fontes assinalou que a grande expectativa, além dos benefícios aos serviços administrativos, é de que o novo espaço venha a consolidar a integração de Cascavel e Região nos programas de educação continuada, como as tele e videoconferências. O prédio encontra-se em fase de acabamento. Terá cerca de mil metros quadrados de área construída, parte dela abrigando um moderno auditório. Londrina também terá uma sede compatível às suas necessidades. O imóvel já foi adquirido e atualmente está sendo realizada licitação para contratação da empresa que vai desenvolver o projeto. A perspectiva é de que a Regional esteja alojada no novo imóvel até o primeiro semestre do ano que vem.

Delegados de Umuarama

João Jorge Hellú (Presidente) - tem 53 anos. Formou-se em 1978 pela Faculdade de Medicina de Itajubá (MG), tendo se especializado em anestesiologia. É diretor-geral e responsável técnico do Hospital Cemil (Umuarama) e professor da Unipar. Além de ex-chefe da agência da Previdência e Assistência Social, também já foi secretário municipal de saúde de Umuarama e presidente da Associação Médica e a de Hospitais de Umuarama. Também é anestesista da Clínica de Cirurgia Plástica Dr. Milton J. Daniel (Curitiba).

Luiz Lucacin Júnior (Vice-presidente) – Formado pela UFPR em 1988, é especialista em Cirurgia do Aparelho Digestivo. Atende na Gastroclínica e no Centro Materno-Infantil de Umuarama (Cemil), onde é diretor administrativo.

Guilherme Antonio Schmitt (Secretário) – Formado em 1977 pela UFPR, é especialista em angiologia. Diretor-clínico do Hospital Cemil e integrante do corpo clínico da Clínica de Varizes, em Umuarama.

Mauro Acácio Garcia – Graduou-se em 1984 pela Universidade Federal de Santa Catarina, tendo se especializado em clínica médica e cardiologia. Atende no Instituto de Medicina e Cirurgia de Umuarama e Hospital e Maternidade São Paulo.

Osvaldo Martins de Queiroz Filho – Formado pela Universidade Estadual de Londrina, é especialista em cardiologia e medicina do trabalho. Integra o corpo clínico do Hospital e Maternidade São Paulo de Cianorte. É membro do Conselho Administrativo da Unicred Norte do Paraná e do Conselho Fiscal da Unimed Cianorte.

Adalberto Carlos Giovanini Filho – formado em 1978 pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, com especialidade em cirurgia vascular. Atende nos Hospitais Nossa Senhora Aparecida, São Paulo e Cemil de Umuarama, além da Clinica Pulsar. Também é presidente da Unimed Noroeste do Paraná.

Juscelio de Andrade – Formou-se em 1978 pela UFPR, tendo se especializado em ginecologia e obstetrícia. Atende na Clínica Senhora e no Hospital e Maternidade São Paulo de Cianorte. É diretor-presidente da Unimed de Cianorte.

Luiz Antonio De Melo Costa – (Conselheiro na gestão 2003/2008). Formado em 1981 pela Universidade Rio de Janeiro (Unirio), é especialista em cirurgia geral e gastroenterologia. Integra o corpo clínico da Gastroclínica e Hospital Cemil, de Umuarama.

Fernando Elias Mella da Silva – Formou-se pela PUCPR em 1977, especialista em oftalmologia. Atua no Hospital São Paulo e na clínica oftalmologia Fernando Mella, de Umuarama

Paranavaí e Santo Antônio serão sedes de Delegacias

O Conselho de Medicina do Paraná passa a contar com mais duas Delegacias Regionais: a de Santo Antônio da Platina e de Paranavaí. Com isso, eleva-se para 13 o número de unidades descentralizadas, às quais somam-se ainda as Delegacias de Fronteira de Rio Negro/Mafra e União da Vitória/Porto União, resultado de convênio com o Conselho de Medicina de Santa Catarina. As novas Regionais devem ser inauguradas oficialmente até abril.

As Diretorias Provisórias serão homologadas por portaria e estarão investidas na função até 30 de setembro de 2008, quando as novas Regionais serão incluídas no processo eleitoral do CRM para indicação dos delegados efetivos e suplentes. As atuais diretorias serão compostas de presidente, secretário e colaborador, além de mais três delegados suplentes.

O Conselho de Medicina já locou os imóveis em que funcionarão as sedes das unidades regionais. Também as secretárias já foram definidas a partir do concurso público seletivo realizado no ano passado e a contratação está sendo formalizada.

A área de jurisdição da Regional de Santo Antônio alcança 21 cidades do Norte Pioneiro, que antes faziam parte da Regional de Londrina. São elas: Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Conselheiro Mairinck, Curiúva, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Joaquim Távora, Jundiaí do Sul, Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Salto do Itararé, Santo Antônio da Platina, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz.

A Delegacia Regional de Paranavaí, no Noroeste, terá 29 municipalidades em sua área de jurisdição, que assim serão desmembradas da Regional de Maringá. Esta, agora fica formada por 29 cidades. A Regional de Paranavaí terá abrangência nos seguintes municípios: Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaçá, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica.

Nas resoluções emitidas pelo CRMPR, estão em destaque nos considerandos para justificar os desmembramentos a extensão territorial e a densidade médica abrangida pela novas Regionais, bem como a necessidade de descentralização e a maior cooperação nas atividades de supervisão do Conselho. O presidente do CRMPR, Donizetti Giamberardino Filho, ressalta que a iniciativa decorre do próprio anseio dos médicos das regiões e que propõem atenção mais destacada em defesa dos interesses profissionais e da sociedade. Melhorar o potencial de informações e serviços e incrementar as atividades de educação continuada fazem parte do contexto.

Entrega de carteiras em Curitiba e Londrina

Solenidade em Londrina.

Wilmar Guimarães e o filho.

Novos médicos no CRM.

Mais de 150 médicos recém-formados receberam a carteira profissional em solenidades que ocorreram em 15 de fevereiro e 1.º de março, na Sede do Conselho. O presidente Donizetti Giamberardino Filho conduziu palestras éticas, chamando a atenção para as responsabilidades e adversidades que a Medicina impõe nos dias atuais. Conselheiros participaram da entrega dos documentos. O Dr. Wilmar Mendonça Guimarães ainda teve o privilégio de entregar a carteira profissional ao filho, Fabiano Palmerine Guimarães, que se formou pela PUC-PR.

Também a Delegacia Regional de Londrina promoveu a entrega de carteira a 45 médicos recém-formados. A solenidade ocorreu na noite de 4 de março, no auditório da Associação Médica de Londrina. O presidente Donizetti Dimer Giamberardino prestigiou a cerimônia, que teve a coordenação dos delegados Marcos Menezes Freitas de Campos (presidente da Regional), João Henrique Steffen Júnior e Luis Gabriel Fernandez Turkowiski. Na ocasião, foi apresentado o vídeo motivacional do Conselho, denominado "Vale a pena ser médico", que reúne vários depoimentos.

A entrega dos prontuários de gestantes que foram a óbito

Raquele Rotta Burkiewicz (*)

O Comitê de Prevenção de Mortalidade Materna (CPMM) tem por objetivo levantar todos os casos de óbitos de mulheres durante a gestação, parto e puerpério. Para isto, necessita da colaboração dos médicos que atendem gestantes, das Regionais de Saúde que fazem a investigação, das secretarias municipais de saúde que auxiliam as Regionais e dos diretores clínicos dos hospitais que atendem gestantes.

A partir da metade da década passada, o Conselho Regional de Medicina do Paraná autorizou a entrega dos prontuários das pacientes que foram a óbito no período gestacional ou puerperal pelo hospital, no qual ocorreu o óbito, para o Comitê de Prevenção de Mortalidade Materna. Esta autorização ainda é vigente e deve ser observada com o objetivo de não dificultar a investigação dos óbitos no Paraná.

De acordo com a autorização, o sigilo deve ser mantido por parte do hospital e do Comitê. É garantido ao hospital, ao diretor clínico e ao(s) médico(s) atendente(s) que não partirá por parte do Comitê qualquer represália às pessoas que participaram do atendimento, nem haverá denúncia do mesmo ao CRM. Isto porque o objetivo é o de uma investigação correta dos dados de mortalidade e, para isto, é imprescindível o prontuário do hospital.

Na última reunião da Câmara Técnica do Comitê surgiram informações de que a autorização do CRM havia sido revogada, mas este fato não é verdadeiro. Portanto, os hospitais deverão entregar os prontuários das pacientes, quando solicitados pelo Comitê, sem que para isto haja autorização individual de cada caso por parte do CRM.

O CPMM ainda solicita aos médicos que atentem para um preenchimento correto e completo dos prontuários de forma legível para que os dados possam ser interpretados de forma correta e integral. As declarações de óbito materno continuam chegando aos prontuários de forma incompleta e, muitas vezes, errada – informa a causa da morte e não informa que a mulher estava em estado gestacional. Todas as informações são muito importantes para que se tenha uma estatística correta e, com isto, se planeje as formas de prevenção.

** **Raquele Rotta Burkiewicz** é conselheira-secretária do CRMPR e integrante do Comitê Estadual de Prevenção da Morte Materna*

Projeto regulamenta prontuário médico

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) está analisando o Projeto de Lei 4580/04, que regulamenta o prontuário médico e estabelece a criação de comissões de revisão desse documento. O projeto define prontuário como um documento que contenha informações sobre a saúde do paciente e o atendimento recebido por ele. O prontuário terá caráter legal, secreto e científico e deverá ser elaborado pela equipe que deu assistência ao paciente. Além disso, o hospital ou clínica deverá guardá-lo durante 20 anos. De autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Órgãos, a proposta regulamenta duas decisões de 2002 do CFM.

Para elaborar o projeto, a CPI argumentou que prontuários médicos incompletos ou fragmentados dificultam a investigação do diagnóstico de morte cerebral e também da qualidade do atendimento prestado ao doente. Além disso, negam ao paciente o direito à informação sobre a própria saúde. Pelo texto, o profissional da área de saúde que não observar as novas medidas pagará multa de R$ 10 mil, valor que será destinado ao Fundo Municipal de Saúde. A multa terá seu valor dobrado a cada reincidência. A proposta da CPI tramita em conjunto com o PL 4212/01, do Senado Federal, que obriga a manutenção de prontuários e o acesso de pacientes a suas informações. Depois de analisado na CCJ, o texto seguirá para votação em Plenário.

Departamentos e serviços do CRMPR

Com o intuito de facilitar a busca pelos serviços oferecidos pelo CRMPR, publicamos nesta edição um quadro com os funcionários responsáveis, ramais e e-mails de cada setor.

» **SECRETARIA:** Presta atendimento à Pessoa Física. Este setor é responsável pelas inscrições, declarações, transferências e emissões de carteiras profissionais.
» **DEFEP:** Atendimento à Pessoa Jurídica – Fiscalização e inscrição/documentos PJ (hospitais, clínicas, etc)
» **TESOURARIA:** anuidades de pessoa física, parcelamentos, etc.
» **CODAME-CQP:** Comissão de Divulgação da Atividade Médica e Comissão de Qualificação Profissional - Título de Especialista
» **DEJUR:** Departamento Jurídico – denúncias, processos e sindicâncias.
» **ASSESSORIA JURÍDICA:** Consultas jurídicas diretamente com os advogados.
» **DIRETORIA:** Assuntos éticos e profissionais.
» **BIBLIOTECA:** Consultas do acervo bibliográfico do CRMPR.
» **ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Agendamento de entrevistas com conselheiros, consultas de informações de cunho jornalístico e divulgação de assuntos de interesse médico.
» **COMISSÕES E CÂMARAS TÉCNICAS DE ESPECIALIDADE:** Consultas e dúvidas relacionadas às especilidades médicas.
» **ESPAÇO CULTURAL E AUDITÓRIO:** Agendamento de eventos em que necessitem a utilização do auditório do Conselho e reservas, além do recebimento de propostas de exposição no Espaço Cultural.

Setor	Telefone/Ramal	E-mail
SECRETARIA	Cristina-240-4040 Tiago: 240-4036	secretaria@crmpr.org.br
TESOURARIA	Suzana: 240-4018	
PROTOCOLO	Adele: 240-4034	protocolo@crmpr.org.br
CODAME/CQP	Cleonice: 240-4032	codame-cqp@crmpr.org.br
DEJUR	Miqueline: 240.4054 Eliza: 240-4055 Karina: 240-4056 Guilherme:240-4057 Marcus: 240-4058	dejur@crmpr.org.br
ASSESSORIA JURÍDICA	Dr. Afonso: 240-4052 Dr. Martim: 240-4013	
DEFEP	Alexandre: 240-4008 Sônia: 240-4009 Andressa: 240-4003	defep@crmpr.org.br
ASSESSORIA DE IMPRENSA	Priscila e Hernani: 240-4022	jornal@crmpr.org.br
COMISSÕES/ CÂMARAS TÉCNICAS DE ESPECIALIDADE	Arminda: 240-4049	camarastecnicas@crmpr.org.br
BIBLIOTECA	Aline: 240-4076	biblioteca@crmpr.org.br
ESPAÇO CULTURAL/AUDITÓRIO	Daniel: 240-4068	cultural@crmpr.org.br
DIRETORIA	Secretárias Gilda: 240-4033 Krysty: 240-4011	diretoria@crmpr.org.br

IMPORTANTE: A partir de 14 de maio de 2005, com a elevação para 8 dígitos do sistema de telefonia em Curitiba, todos os telefones do CRMPR terão o algarismo "3" como prefixo.

Maringá será sede da primeira Jornada de Bioética em 2005

A Câmara Técnica de Bioética do Conselho Regional de Medicina do Paraná já elaborou o seu programa de atividades para o primeiro semestre deste ano, que visa promover a educação médica continuada, rompendo as fronteiras da medicina e colocando em debate dilemas éticos do cotidiano profissional. A abertura será no dia 1.º de abril, em Maringá, com a realização da 31.ª Jornada de Bioética, tendo como tema central "Bioética Clínica". Os palestrantes serão o cons. Carlos Ehlke Braga Filho e o Prof. Cícero de Andrade Urban, que fazem parte da Câmara Técnica.

Em 20 de maio, o presidente do CRMPR, Donizetti Giamberardino Filho, e os conselheiros Gerson Zafalon Martins e Miguel Hanna Sobrinho coordenam as palestras e debates de casos clínicos na 32.ª Jornada, em Londrina. A 33.ª Jornada vai ocorrer em Curitiba, no dia 9 de junho, e fará parte das atividades do 17.º Congresso Brasileiro de Genética Clínica. O Congresso será realizado de 8 a 11 no Embratel Convention. A programação do segundo semestre ainda não está concluída, mas deverá ter em destaque para os médicos o VI Congresso Brasileiro de Bioética, de 31 de agosto a 3 de setembro, em Foz do Iguaçu (ver mais detalhes na página 16).

Retrospectiva

No decorrer do ano passado, foram realizadas oito jornadas, proporcionando a oportunidade aos médicos de todas as regiões do Estado de participarem de discussões éticas sobre as profissões da área da saúde. Este é o quarto ano do roteiro itinerante das Jornadas do Conselho. Em 2002, exercício em que foi lançada a proposta de educação continuada, ocorreram 11 jornadas, número que se repetiu em 2003. "Durante estes anos, foram contemplados assuntos diversos, buscando atender os questionamentos mais recorrentes da comunidade médica", deastaca o coordenador da Câmara, José Eduardo de Siqueira.

A avaliação feita pela Câmara é de que a validade e a importância do evento é grande, já que tem por objetivo oportunizar a discussão em torno de questões de relevância da medicina moderna e o exercício ético da profissão. Além disso, a marcante presença de profissionais de outras áreas, que não da Medicina, "redundou em projetar o Conselho como foro privilegiado para o debate interdisciplinar", completa José Eduardo de Siqueira.

Artigos de Bioética

Em janeiro de 2002, os membros da Câmara Técnica decidiram assumir o compromisso de publicar em cada edição do Jornal CRMPR um artigo abordando questões éticas e profissionais. Em anos anteriores, os artigos de bioética eram escritos por profissionais de forma não habitual e encaminhados ao Conselho para veiculação. Agora, o objetivo principal dos membros da Câmara é escrever sobre temas atuais e de relevância para ajudar os demais médicos a refletirem sobre questões da prática profissional. Nestes três anos, já foram publicados 15 artigos. O calendário deste ano já foi definido e o artigo de abertura é de autoria do coordenador da Câmara, José Eduardo de Siqueira.

Reunidos na sede do Conselho, componentes da Câmara Técnica de Bioética definiram as atividades do primeiro semestre. A primeira jornada do ano será em abril, em Maringá.

O papel da comunicação na relação médico-paciente

José Eduardo de Siqueira (*)

A Revista Bioética do CFM, em seu volume 10, número 2 de 2002, apresenta-nos um Simpósio sobre Humanização no Atendimento à Saúde, tratando de questões muito atuais. Os autores destacam a importância da comunicação interpessoal no atendimento médico. Apresentam o Homem como ser possuidor de códigos biopsicossociais e argumentam que os pacientes permanecem atentos à maneira como o profissional se faz presente na comunicação verbal e não-verbal. Salientam que não existe neutralidade nas trocas de mensagens efetuadas entre pessoas. A comunicação entre seres perceptivos tem dois componentes: o conteúdo - ou seja, o fato, a informação que se quer transmitir - e o sentimento que sempre está presente quando há uma interação entre duas pessoas.

Infelizmente, o modelo de ensino vigente no curso de medicina, estruturado no início do século XX por Abraham Flexner, privilegia o biológico em detrimento do ser humano biográfico. Em decorrência dessa percepção marcadamente cartesiana, oferece-se aos estudantes cada vez mais conhecimentos técnicos oriundos das inúmeras disciplinas acadêmicas e as informações são apresentadas sem qualquer preocupação de síntese integradora que respeite a dimensão antropológica do ser humano. Como resultado, ao término do curso, formam-se especialistas em doenças de pessoas, entretanto, despreparados para cuidar de pessoas circunstancialmente enfermas.

Qualquer médico sabe, por experiência própria, que uma doença raramente é orgânica ou psíquica, social ou familiar. Sabe, o profissional, que a enfermidade é concomitantemente orgânica, psíquica, social e familiar. Quando uma pessoa procura atendimento médico, invariavelmente está buscando por cuidados que não se limitam a livrar-se de um mal-estar circunstancial. A relação médico-paciente nunca deixará de ser interação intersubjetiva experimentada por duas pessoas.

Não basta, portanto, apenas habilidades técnicas, pois fundamental é acolher o enfermo em sua dimensão biopsicossocial.

Em síntese, a vinculação entre profissional de saúde e paciente, que o ato médico impõe, é resultado de dois movimentos que se completam. O paciente que procura o profissional e o médico que acolhe o enfermo. Ambos são qualitativamente distintos, mas Hipócrates encontrou uma única palavra para descrever este ato:"philia", que pode ser traduzido como amizade, amor, solidariedade, compromisso e compaixão.

Quando se acolhe um amigo, não é apenas sua presença física que recebemos, mas, sim, seus sentimentos, vulnerabilidades e fortalezas. Muito maior atenção deve merecer o paciente, já que invariavelmente apresenta-se fragilizado pela enfermidade.

(*) José Eduardo de Siqueira é coordenador da Câmara Técnica de Bioética do CRMPR

Título de especialista terá de ser revalidado a cada cinco anos

A revalidação de títulos de especialistas e de áreas de atuação passa a ser obrigatória em todo o País, conforme estabelece a Resolução CFM n.º 1.755/04. Os médicos portadores dos títulos terão prazo de até cinco anos para submetê-los ao processo revalidação, sob pena de seu não reconhecimento. Do mesmo modo, os títulos de especialistas da AMB e/ou registros de especialidades do CFM, além dos títulos de áreas de atuação concedidos, terão a validade de cinco anos contados da data de sua emissão. A medida tem validade a partir de 2 de abril.

A elaboração das normas e regulamentos para a revalidação dos títulos e a emissão dos Certificados ficam a cargo da Comissão Nacional de Acreditação (CNA), criada pela mesma resolução e que é composta por três representantes da Associação e mais três do Conselho Federal. A primeira reunião oficial da Comissão ocorreu dia 20 de janeiro, na sede do CFM, em Brasília, quando começaram a ser definidas as normas do processo de revalidação dos Títulos de Especialista e Certificados de Área de Atuação, bem como os critérios de acreditação.

Atualização necessária

Todos os profissionais terão de fazer a revalidação, sendo que cada especialidade deverá definir os critérios exigidos, como cursos, publicação de artigos e participação em congressos ou outros eventos científicos. O presidente do CRMPR, Donizetti Giamberardino Filho, entende que a certificação proporciona a educação médica continuada como instrumento de atualização técnica. Ele antecipa que o Conselho do Paraná, ao lado da Associação Médica e as Sociedades de Especialidades, há algum tempo vem aprimorando o seu rol de atividades de educação continuada, sendo exemplos as discussões anátomo-clínicas por videoconferência, as jornadas de bioética e de emergências médicas, estas prestes a serem inauguradas.

O conselheiro federal Antônio Gonçalves Pinheiro, vice-presidente do CFM e relator da Resolução aprovada em novembro, ressalta que "o importante é fazer com que todos os médicos do País tenham condições de se manter atualizados. A internet ou outros meios de educação a distância pode ser um mecanismo eficaz àqueles que não podem ir a um congresso". Sem a revalidação, o médico não poderá divulgar seu título. Ressalta o conselheiro que o médico, mesmo que continue atuando em todas as áreas médicas, terá o título desconsiderado e sofrerá as conseqüências na sua relação com os convênios.

Nas justificativas da norma, são destacados que "é dever do médico aprimorar continuamente seus conhecimentos e usar o melhor do progresso científico em benefício do paciente; que a aquisição de conhecimentos científicos atualizados é indispensável para o adequado exercício da Medicina; que o contínuo desenvolvimento profissional do médico faz-se necessário em função do rápido aporte e incorporação de novos conhecimentos à prática médica; e que os programas de educação médica continuada são, mundialmente, práticas obrigatórias para a atualização do profissional em busca da manutenção de suas competências científicas, com vistas ao melhor exercício da Medicina em suas especialidades e áreas de atuação."

Residência difícil

Estudo recente do Ministério da Saúde mostra que as vagas oferecidas para cursos de residência médica correspondem apenas a 80% dos formandos em Medicina. Atualmente, 8.862 médicos se formam nas universidades, mas o país só tem 7.135 vagas de residência. A prevalecer tal quadro, estima-se que em 2010 apenas 60% do equivalente a médicos formados terão oportunidade de fazer residência médica. Hoje, 71% das vagas estão nas capitais e 73% delas são oferecidas por instituições públicas.

Das vagas de residência, 63,5% estão na região Sudeste, onde atuam 58% dos médicos. No entanto, a região Norte, que tem 1,9% das vagas e 3,3% dos profissionais médicos, concentra 7,7% da população brasileira. A mesma distorção se repete na região Nordeste, onde estão 28,2% dos brasileiros e atuam apenas 16,5% dos médicos. Já na região Sudeste, que tem 42,6% da população, a situação se inverte: existe um percentual maior de médicos do que o de habitantes em relação às demais regiões do país. Há carência de especialistas em várias regiões: a ampliação dos serviços de UTI e de oncologia tem esbarrado na falta de médicos em diversas localidades.

A Comissão Nacional de Residência Médica pretende implantar um intercâmbio entre as instituições de ensino, para corrigir a distorção entre a oferta de residência médica nos grandes centros e a carência nos demais. Os convênios vão permitir que um médico recém-formado num Estado fora do Sul e Sudeste faça exame e ingresse na residência de um grande centro, onde fará 75% da formação. Os 25% restantes serão completados na instituição de origem em dois anos para, ao final, receber o certificado. No País existem cerca de 300 mil médicos, com 180 mil títulos expedidos para 52 áreas.

Associação Médica Brasileira
Colégio Médico de Acupuntura
TÍTULO DE ESPECIALISTA EM ACUPUNTURA

Títulos de especialista agora terão validade de cinco anos.

Proposto Exame de Proficiência

O projeto de lei que propõe a instituição do Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País está tramitando na Comissão de Educação do Senado. O PLS 217/2004, de autoria do senador Tião Viana, agora tem como relator o senador Mão Santa, já que o parlamentar Mozarildo Cavalcanti desistiu de compor a Comissão de Educação. A proposta visa alterar o art. 17 da Lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e o art. 48 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

De acordo com o artigo 1.º do projeto, somente poderão inscrever-se nos Conselhos de Medicina os médicos que, além de cumprirem os demais requisitos previstos em lei, tenham sido aprovados no Exame, a ser oferecido pelo menos uma vez por ano nas unidades federadas do CFM. A proposta do senador também visa substituir o atual processo de revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras pelo Exame de Proficiência.

Em sua justificativa, o parlamentar Tião Viana ressalta que "escolas públicas e privadas vivem atualmente as mesmas agruras, pois foram concedidas autorizações de funcionamento para inúmeras escolas médicas particulares sem critérios rígidos e bem definido e, o mais grave, sem a devida fiscalização". Ele ainda chama a atenção que, com "raras e boas exceções", escolas estão diplomando médicos e não os formando em condições de atender a população com segurança.

Videoconferências poderão ser acompanhadas pela internet

O Conselho de Medicina do Paraná apresenta diversas novidades efetivas para ampliar seu programa de videoconferências no decorrer deste ano. Uma delas é no que diz respeito à transmissão das discussões anátomo-clínicas realizadas com a participação de médicos e estudantes da USP, de Curitiba e de Maringá. Experimentalmente, as telepatologias também poderão ser assistidas pela internet em 10 pontos espalhados pelo País e pré-estabelecidos pelo CFM e o CRMPR. Isso porque a parceria da universidade paulista com o Conselho de Medicina prevê a implantação de um novo recurso de uso de internet banda-larga, que permitirá às localidades habilitadas mediante senha recepcionar o sinal pelo site do Conselho, com o acompanhamento *on-line* da videoconferência. Nesta etapa, serão viabilizadas as transmissões às Regiões de Londrina, Guarapuava, Cascavel, Pato Branco e Toledo. As localidades poderão interagir com mensagens de texto, enviadas via chat ou e-mail. Os locais da recepção serão definidos pelas Regionais.

O convênio celebrado há dois anos pelo Conselho com o Departamento de Tele-Educação da USP, através dos professores György Miklos Böhm e Chao Lung Wer e do coordenador do programa de Videoconferências do CRMPR, Julius Quadros Ladeira, já possibilitou a realização de vários eventos de telepatologia, com algumas edições transmitidas também para Londrina, além de Curitiba e Maringá. O calendário das transmissões definido para o exercício será sempre na última terça-feira de cada mês, começando agora em março, dia 29, com uma pausa em julho, e terminando em novembro.

Download

O CRMPR é pioneiro no programa de tele e videoconferências e já integra algumas Delegacias Regionais na transmissão das Telepatologias por exemplo. Agora, pretende ampliá-lo incluindo no site (www.crmpr.org.br) os arquivos com as transmissões gravadas pelo Conselho para que os internautas possam assisti-los ou transferi-los para seu computador, garantindo assim a expansão da educação continuada através da internet banda-larga.

A primeira edição de videoconferências ocorre em 29 de março, com transmissão da USP para o auditório da PUC e Regional de Maringá, além de 10 pontos pela internet no País, sendo cinco no Paraná: Londrina, Cascavel, Pato Branco, Toledo e Guarapuava.

Novas perspectivas na educação a distância

Acompanhando os avanços tecnológicos e impulsionando a comunicação eficaz na área médica, o CRMPR está aprimorando o uso da internet em benefício dos médicos. Um dos exemplos é a criação de informativo on-line que permitirá que todas as informações contidas no "Boletim CRMPR" possam ser acessadas em qualquer local, bastando que o médico tenha disponível um computador conectado na web e e-mail cadastrado no banco de dados do Conselho. Novidades do ramo, textos noticiosos, artigos de opinião, links, atualizações da profissão, atividades científico-culturais, oportunidades profissionais, divulgação de pesquisas na área, enquetes integradas e murais para discutir assuntos relevantes são algumas das vantagens do newsletter.

A comunicação entre o CRMPR e os médicos será facilitada também através da criação de um site exclusivo do Paraná, no qual as informações estarão disponíveis ao internauta no mesmo instante em que forem incluídas no banco de dados do Conselho. Mais dinâmico, trará novidades ao profissionais através de enquetes, murais, artigos, notícias e banners. Além disso, o site terá disponível consulta a estatísticas sobre a quantidade de médicos por habitante de cada cidade ou região do Estado, ou a de especialistas, por n.º de CRM etc. Por estarem vinculadas direto com o servidor, todas as informações contidas no novo site poderão ser obtidas em tempo real, bem como as consultas para os prestadores de serviços.

O novo site do CRMPR estará no ar em breve. O endereço continua o mesmo (www.crmpr.org.br).

Atenção

» Cadastre seu e-mail e receba o boletim eletrônico do Conselho Regional de Medicina do Paraná e outras informações de interesse ético-profissional.

» A partir de 14 de maio o número do telefone do CRMPR ganha mais um dígito. Terá o algarismo "3" como prefixo do número 240-4000.

Newsletter, o que é?

O newsletter é e-mail informativo. Um boletim com notícias que o médico cadastrado no Conselho agora receberá gratuitamente em seu endereço eletrônico. Foram enviadas duas edições experimentais do Boletim CRMPR para os médicos, uma em 14 de janeiro e outra em 25 de fevereiro. Por meio do news, todos poderão ter acesso a notícias recentes da área médica. Vale ressaltar que o e-mail no qual o médico receberá o noticiário on-line não será tornado público e tampouco utilizado para envio de mensagens não autorizadas. Além disso, o usuário poderá retirar seu e-mail do cadastro caso não queira mais receber o informativo.

Simpósio de Ética e Educação Continuada levado ao Interior

O II Simpósio de Ética e Educação Continuada do CRMPR será realizado na segunda quinzena de maio deste ano. A coordenação cabe à Comissão Estadual de Ensino Médico e, como parte da estratégia de maior interação das sete escolas de Medicina do Paraná, a nova edição deverá ter Londrina como cidade-sede. Em meio aos temas de relevância para acadêmicos e médicos, estará em destaque a avaliação das instituições de ensino, despertando para um processo de fomento à melhoria na formação médica, com ênfase aos princípios éticos e humanísticos.

A primeira edição foi realizada na Sede do Conselho, em Curitiba, nos dias 20 e 21 de agosto do ano passado, contando com mais de 150 participantes entre estudantes e representantes das faculdades de Medicina. Agora, o seminário será levado ao interior com a preocupação de reunir maior número de docentes, de médicos residentes e de acadêmicos em fase de pré-graduação, já que na etapa anterior houve maior envolvimento de alunos do primeiro e segundo ano. O objetivo mensurar de forma mais clara todo o processo de formação no Paraná.

A Comissão Estadual de Ensino realizou no CRMPR, dia 5 de março, a reunião para traçar o planejamento do II Seminário. Na ocasião, a indicação de Londrina como sede foi aprovada. Contudo, a confirmação depende de uma análise da Direção da UEL, que se encontra em processo de avaliação externa e precisa tentar compatibilizar o evento de tal porte. De acordo com o conselheiro Miguel Ibraim Hanna Sobrinho, coordenador da Comissão de Ensino, na hipótese de a UEL não puder recepcionar o II Seminário, o mesmo será levado a Maringá. A decisão deve ocorrer ainda em março.

A realização em Curitiba, em 19 de março, de encontro para o planejamento estratégico da Coordenação do Núcleo da Regional Sul II da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem), deve contribuir para a seleção de temas a serem debatidos no II Seminário. A Prof.ª Patrícia Tempski Fiedler, da Faculdade Evangélica e que coordena o Núcleo, esteve presente na reunião da Comissão e aceitou o convite para integrar o grupo. Outro convidado foi o Prof. Valdelírio Feijó, que exibiu a experiência de trabalho realizado para o MEC de avaliação de escolas médicas. Coordenadores de cursos e representantes dos Centros Acadêmicos, que também compõem a Comissão, estiveram presentes a exemplo dos conselheiros Luiz Sallim Emed e Carlos Ehlke Braga Filho, além do presidente Donizetti Giamberardino Filho.

Uma das questões exibidas durante a reunião foi a do exame de habilitação para o exercício da Medicina. Na análise do Prof. Miguel Hanna Sobrinho, a conflito de opiniões mostra que o assunto ainda não foi "amadurecido" o suficiente, quer no meio acadêmico ou docente, quer na própria esfera das entidades representativas. O conselheiro reconhece tratar-se de um ponto polêmico e que, antes de esgotar a sua discussão segmentada, seria prematuro incluía na temática em destaque no II Seminário de Ética e Educação Continuada. Ele acredita que esse tema seja melhor debatido no segundo semestre, inclusive com respaldo de algumas experiências, como a do Cremesp, que acena com um teste experimental nos próximos meses. A questão do exame foi debatida durante o I Encontro dos Conselhos de Medicina, realizado em Aracaju, de 9 a 11 de março.

A Comissão de Ensino Médico reuniu dia 5 de março, na sede do Conselho, acadêmicos e representantes das escolas médica do Paraná. Em debate, a realização do II Seminário de Ética e Educação Continuada.

A proliferação das escolas médicas

A mobilização em defesa de uma Medicina de qualidade defronta-se um quadro de contrastes. De um lado, encerrada a moratória de 180 dias, reacende o circuito de abertura indiscriminada de novas escolas pelo País sem que o governo federal tenha celebrado novas regras ou o Congresso votado uma lei específica e regulamentadora. Do outro, acena-se com a validação de diplomas de brasileiros que se graduaram em Cuba, estabelecendo um precedente que pode contaminar todo o esforço para que a prática médica seja legitimada àqueles de fato qualificados para exercê-la.

O Conselho de Medicina de São Paulo já manifestou-se oficialmente que recorrerá à Justiça para impedir que os diplomas de bolsistas brasileiros da Escola Latino-Americana de Medicina, de Cuba sejam revalidados automaticamente no país. A questão tem motivação político-ideológica e tem merecido protestos de toda ordem não só das entidades médicas brasileiras mas, também, dos partidos de oposição. Para o senador paranaense Alvaro Dias, a idéia do governo de "ideologizar a medicina precisa ser contida o quanto antes. "A saúde não pode ser tratada como uma questão ideológica e nem ser alvo de autoritarismo", sustentou.

Há o temor de que tal precedente, além de risco à saúde dos brasileiros, considerando que nem em Cuba os graduados estão autorizados a atuar, possa decretar uma verdadeira avalanche de pedidos de tratamento semelhante por parte de países da América Latina e outros de língua portuguesa. Há uma série de escolas médicas criadas em países como Argentina e Bolívia para atender exclusivamente brasileiros. O interesse financeiro é explícito da mesma forma que a fragilidade da formação. Pela legislação vigente, todos os graduados fora precisam passar pelo exame de revalidação para atestar a adequação ao sistema de saúde do Brasil. O elevado índice de reprovação reforça como é deficiente a formação médica em muitos países.

Mais dois cursos de Medicina poderão ser abertos na cidade de São Paulo, o que irá agravar ainda mais a grande concentração de médicos na capital e no Estado. As Universidades Anhembi/Morumbi e Paulista (Unip/Objetivo) obtiveram, no final de 2004, pareceres favoráveis da Câmara de Educação Superior do MEC para abertura de cursos de Medicina. A homologação, contudo, depende do ministro da Educação, Tarso Genro, que no início de janeiro confirmou a reabertura dos pedidos e processos de autorização de novos cursos superiores de graduação, incluindo de Medicina. Havia terminado em dezembro a moratória decretada pelo MEC, sob pressão das entidades médicas e deliberação do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Até o mês de fevereiro, tramitavam no MEC pelo menos 46 processos de pedido de liberação de cursos de Medicina de todo o país, sendo um para o Paraná e outros nove para São Paulo, que já conta com 26 escolas médicas. Três delas iniciaram as atividades em 2004: a Unicid e a Uninove, na Capital, e a Camilo Castelo Branco, em Fernandópolis. São Paulo tem mais de 85 mil médicos ativos, um para cada 457 habitantes.

Medicina de urgência terá curso itinerante de atualização

Projeto pioneiro voltado a atualizar e capacitar os profissionais que atuam nas salas de pronto atendimento e emergências será implementado ainda neste primeiro semestre no Paraná, numa iniciativa que envolve o Conselho Regional de Medicina, Associação Médica e Sociedade Brasileira de Clínica Médica – Regional do Paraná, com apoio das escolas médicas e instituições hospitalares. O programa de educação continuada é itinerante e prevê a realização de cursos compactos, moduláveis de acordo com as necessidades da comunidade médica e características de cada região, com ênfase para os grandes e relevantes temas da medicina de urgência.

O idealizador do projeto, à convite da diretoria do CRMPR, é o Prof. César Alfredo Pusch Kubiak, presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica – Regional do Paraná, vice-presidente da Brasileira e Diretor Científico da AMP. Ele também aceitou coordenar os cursos juntamente com o conselheiro Miguel Ibraim Hanna Sobrinho, da Comissão de Ensino Médico do CRMPR. O Prof. César Kubiak diz que o modelo piloto foi ajustado para levar o essencial ao médico recém-formado ou que ainda não fez pós-graduação ou especialização. "O objetivo é capacitar o médico generalista e recém-formado que atua na linha de frente a ter um bom desempenho na sala de admissão ou mesmo no pronto atendimento", resume. O roteiro de cidades ainda está sendo analisado, mas terá o envolvimento de professores das escolas de Londrina, Maringá e Cascavel, já que, além do conhecimento científico, o projeto visa estimular o associativismo e o congraçamento profissional.

Diagnóstico da deficiência

O grande número de queixas oriundas nas salas de pronto atendimento e emergências médicas, resultando muitas vezes em processos ético-profissionais, há muito vem chamando a atenção do Conselho de Medicina e também da Sociedade de Clínica Médica, que tem a medicina de urgência como área de atuação. Diagnóstico mais atento da questão acabou mostrando os pontos básicos da deficiência. O primeiro, que tem aumentado significativa a demanda nos PAs, na maioria das vezes pela comodidade de acesso que "mistura" atendimentos de emergência com os eletivos. O segundo, porque os serviços de plantões acabaram se transformando na melhor forma do recém-formado iniciar a carreira, muitas vezes por falta de mercado de trabalho ou ingresso no serviço público. O terceiro, porque o profissional – em sua maioria – não recebeu a devida formação e treinamento para essa finalidade.

"Esse conjunto de situações nos mostra um resultado final de procedência nas queixas quanto a médicos malformados nos pronto atendimentos, setor que exige alta resolubilidade e amplo nível de conhecimento, até mesmo para saber discernir o que é emergência com diagnóstico preciso e tomada de decisão acertada". Ao fazer a análise, o Prof. César Kubiak não deixa de reconhecer que há outros componentes a agravar a situação, a começar pelo excesso de demanda, condições inadequadas de trabalho e o estresse do profissional decorrente de sua insegurança. O presidente da Sociedade de Clínica Médica reconhece que somente 40% dos recém-formados conseguem acesso à residência e que o maior contingente acaba impelido a "sobreviver" em funções como a de plantonista. São cerca de 800 os especialistas titulados no Paraná, mas há perto de outros 3 mil generalistas na esfera da clínica médica, grande parte atuando em emergência.

Em defesa da Medicina

O Prof. César Kubiak diz que a idéia do curso de atualização itinerante deriva de outro, projetado para 360 horas/aula e que deveria ser levado aos pólos universitários. A nova proposta, ressalta, enfatiza o envolvimento de professores das escolas médicas, por democratizar o processo e fortalecer o aprendizado também no meio acadêmico. "As ações serão presenciais e tendem a servir como termômetro nos referenciais de saúde. Além de orientar nossos médicos, poderemos exercer o papel fiscalizador das condições para o exercício da atividade. Estaremos assim contemplando os interesses da classe e, sobretudo, da sociedade", esclarece o presidente da SPCM, que não deixa de lembrar que mostrar a realidade do trabalho tende a facilitar a defesa do médico que se vê alvo de eventual denúncia, por vezes infundadas.

Contra acomodação

Partidário do exame de qualificação, o Prof. César Kubiak destaca a responsabilidade de cada escola nesse processo para formar médicos preparados. Para ele, é fundamental também que o médico rompa o estágio de acomodação, sobretudo porque hoje é muito grande o volume de informações para se manter atualizado. Neste porém, enaltece a iminente vigência de resolução do CFM que torna obrigatória a revalidação do título de especialista, situação que até bem pouco tempo era vista como inconstitucional. A necessidade de o médico estar se reciclando, avalia, deve contemplar a todos. Neste porém, o Prof. Kubiak aproveita para contestar aqueles que colocam o profissional que atua no interior "como de 2.ª classe". Ele diz: "Precisamos desmistificar isso, porque inibem o recém-formado a ser interiorizado. As oportunidades profissionais são múltiplas e é equivocado supor que a interiorização do médico implica em perda de qualidade de atendimento, satisfação profissional e entraves à educação continuada. São marcantes os exemplos de medicina de boa qualidade e de aprendizado contínuo, este com inúmeras opções que incluem a educação a distância com os recursos tecnológicos existentes".

Prof. César Kubiak, idealizador do programa itinerante de educação.

Humanismo

Perguntado sobre a iniciativa de dedicar parte de seu restrito tempo para ajudar na "distribuição de conhecimento", o Prof. Kubiak diz que se sente estimulado pelo apoio de médicos e professores a exercer uma função complementar como educador. Para ele, uma das recompensas é poder propagar o ensinamento humanista herdado do mestre Prof. Lysandro Santos Lima, que formou grandes "discípulos". A estreita relação médico-paciente, ressalta, ainda é o que conduz a uma medicina mais barata, resolutiva e que dispensa arsenal de exames desnecessários. Complementa que, mesmo com todos os avanços tecnocientíficos, nos últimos 50 anos pouco se alterou nas estatísticas de acerto diagnósticos sob a ótica do método clínico de raciocínio de diagnóstico. Enfatizando que o velho método clínico baseado na anamnese e no exame físico são as ferramentas essenciais para a boa prática médica e barateamento de custos. Daí a defesa de se formar generalistas de fato, estimulando o retorno do médico de família.

O próprio Dr. Kubiak orgulha-se de, aos 30 anos de formado, estar acompanhando a 4.ª geração de pacientes como médico de família. Aliás, também pode se proclamar "médico em família". Afinal, a esposa é oftalmologista, uma das filhas está iniciando especialização em clínica médica e outra forma-se este ano também em Medicina.

Atualização

O objetivo do curso é capacitar os emergencistas nos protocolos vigentes de atendimento, melhorar a resolubilidade e propiciar maior segurança na tomada de decisões nas salas de pronto atendimento. O módulo é de 10h, em duas etapas sucessivas, abrangendo os temas mais prevalentes. O treinamento será básico, mais informativo, podendo ser aprimorado com simulações práticas. A Medicina de Urgência é uma área de atuação que somente agora começa a ganhar cursos específicos. Depois da Escola Paulista de Medicina, agora a Federal do Paraná está implantando a especialização.

Artistas paranaenses expõem pinturas, esculturas e cerâmicas

Karimi A. Preuss

Karimi Abdalla Preuss entre as obras Suave Encontro n.º 04 e 05, em acrilico sobre tela, de 80x50cm.

Paulista radicada no Paraná desde 1941, Karimi concluiu o curso de pintura na Escola de Belas Artes do Paraná em 1958 e, de lá para cá, participou de 39 mostras individuais e coletivas, três delas no exterior. Sua exposição mais recente foi a coletiva "Vida e Movimento", na Galeria de Arte de Curitiba. A artista plástica possui diversas atividades didáticas, entre as quais leciona cursos de extensão de técnicas de pintura em seu ateliê em Curitiba. Ela interpreta sua pintura como "feita de verdade e poesia, com mensagem que transmite a pureza infantil de que todos necessitamos". Para a crítica, Karimi trabalha com "figuras reencontradas na memória como distendidas na matéria transfigurada pela luz das estações e das transparências atmosféricas."

Serviço:
Ateliê–R. 7 de Abril, 673, Alto da XV, fone (41) 262-0902.

Celso Setogutte

Natural de Umuarama, Celso Setogutte participou de seu primeiro evento artístico na Associação Médica do Paraná em 1988, apenas um ano depois de se formar em medicina pela Faculdade Evangélica do Paraná. Somente depois de especializar-se em ginecologia e obstetrícia e fazer pós-graduação em ecografia e dopplerfluxometria como bolsista no Japão, em 1991, é que Celso pôde aprimorar seu talento nas artes. Fez cursos de cerâmica, pintura, fotografia e gravura. Há 10 anos, aprendeu a lidar com argila no ateliê de Alice Yamamura. A partir de então, participou de quase duas dezenas de evento artísticos em que exibiu suas esculturas. No ano passado, participou do Salão Paranaense de Cerâmica, em Curitiba, e foi premiado em 1.º lugar.

Serviço: Telefones (0xx41) 373-3607 e 9974-2451- e-mail: acsetogutte@uol.com.br

Celso Setogutte com seu painel em vidro e cerâmica "raku", de 2001, de 60x90cm, "Sem título".

Maria de Francisco

Formou-se em 1998 em educação artística, com lincenciatura em artes plásticas, e pós-graduou-se em fundamentos estéticos para a arte-educação, ambos pela Faculdade de Artes do Paraná (FAP). Fez diversos cursos com artistas renomados e participou de mais de 50 atividades artísticas dentro e fora do país, com destaque para o Salão Internacional de Arte, em 2004, no qual recebeu medalha de prata na categoria pintura moderna. Maria de Francisco exercita o abstracionismo em suas obras. Para a crítica, sua arte é essencialmente sensorial, "utilizando cores intensas e valendo-se de fortes contrastes para liberar o grafismo e a gestualidade, que vão das memórias de viagens à subjetividade dos estados d'alma".

Maria de Francisco com o quadro Patchwork Peruano, em acrilica sobre tela, de 2005, de 120x100cm.

Serviço:
Ateliê: Rua Guarda-Mor Lustosa, 222, apart. 41, Juvevê. Telefones (0xx41) 252-5348 e 9623-6635 - e-mail: maria_de_francisco@brturbo.com.br

Osny Preuss

O escultor Antônio Osny Preuss também tem sua vida ligada à Medicina. Graduou-se em 1954 pela UFPR e o primeiro lugar da turma e uma série de premiações pelas melhores notas o levaram à Argentina para especializar-se em ortopedia. Foi professor titular da especialidade na mesma Universidade Federal e, no ano passado, recebeu do Conselho de Medicina o Diploma de Mérito Ético-Profissional pelos 50 anos de dedicação à atividade de forma exemplar. Possui o CRM n.º 47 e foi um dos fundadores do Hospital XV. Natural de Teixeira Soares, interior do Paraná, foi escultor autodidata a partir de 1952 até 1960, quando ganhou uma bolsa de estudos do governo italiano e foi para Bolonha e Florença estudar artes plásticas. Em 1988, resolveu iniciar curso de escultura em bronze com Luiz Gagliastri. No ano seguinte, estudou escultura com Raul Delavy. Participou de vários eventos artísticos, incluindo exposições, salões de artes e concursos. No Espaço Cultural do CRMPR está expondo baixos relevos em cimento insuflado. É casado com a artista Karimi Preuss, com quem divide o ateliê do Alto da XV.

Osny Preuss ao lado da obra "Pierrot", em baixo relevo em cimento insuflado, patinado, de 2000, com dimensão 30x90x9cm.

Serviço:
Ateliê–R. 7 de Abril, 673, Alto da XV, fone (41) 262-0902.

Maria Luiza Kozicki

Natural de Porto União (SC), já aos quatro anos de idade despertou vocação para a pintura e desenho. Para aprimorar sua técnica, cursou a Faculdade de Desenho, Artes Plásticas e História e, depois, estudou mais três anos na Universidade de Munique. A experiência na Europa contribuiu para sua formação intelectual e artística. Desenvolve trabalhos nas áreas de escultura, aquarela, jóias, estamparia e cenografia, com suas obras integrando importantes coleções museológicas e particulares na América, Europa, Ásia e África. Seu talento e dedicação a requisitam para mostras no Brasil e Exterior. "Com telas repletas de cores e luz, a artista plástica faz da pintura um elemento além da realidade aparente", resume a crítica sobre o trabalho de Maria Luiza.

Maria Luiza Kozicki e sua obra "O ser infinito, a natureza e a liberdade (díptico)", de óleo sobre tela, de 2002, 100x200cm .

Serviço:
Ateliê – Rua Dr. Carlos de Carvalho, 655, sala 803, telefones (0xx41) 323-6606, 253-9365 e 9973-5053 - e mail: luizakozicki@terra.com.br

Mostra “5 Expressões” ficará aberta à visitação até 15 de abril

O Espaço Cultural CRMPR oferece como atrativo mais uma exposição coletiva de artistas plásticos paranaenses. A mostra “5 Expressões”, que envolve pinturas, cerâmicas e esculturas, ficará aberta à visitação pública até 15 de abril, de segunda a sexta-feira, das 9h30 às 12 e das 13 às 18h30. A vernissage ocorreu na noite de 3 de março, com a participação de todos os expositores: o escultor Antônio Osny Preuss e o ceramista Celso Setogutte, que são médicos, e as pintoras Karimi Abdalla Preuss, Maria de Francisco e Maria Luiza Moleri Kozicki. Outros artistas, críticos de arte e jornalistas prestigiaram a cerimônia, assim como médicos e conselheiros do CRM. A abertura solene foi conduzida pelo presidente do Conselho, Donizetti Giamberardino Filho.

A exemplo da mostra anterior, a coletiva é eclética e envolve um conjunto de 30 obras selecionadas pelos expositores, todos com formação artística e talento reconhecido em eventos de grande projeção, inclusive fora do País.

Para os visitantes, a Sede do Conselho oferece outros atrativos, como a própria constituição arquitetônica do prédio, que ressalta aspectos históricos e mitológicos da Medicina, e a mostra permanente “Pioneiros da Medicina do Paraná”. São painéis que fazem um histórico desde os primeiros serviços médicos e hospitalares no Estado até o final da década de 50, quando foi constituído o CRMPR. O trabalho é de autoria dos médicos Carlos Ravazani e Iseu Elias da Costa, que continuem empenhados na pesquisa para reconstituir aspectos mais recentes da medicina paranaense.

O Espaço Cultural CRMPR foi inaugurado em outubro do ano passado, em meio aos festejos do Dia do Médico. O primeiro expositor foi Carlos Eduardo Zimmermann, médico por formação e que desde a infância transita no mundo das artes plásticas. Além de ajudado a integrar a Sede do Conselho Regional de Medicina do Paraná no roteiro cultural de Curitiba, o renomado artista também aceitou integrar a Comissao de Análise do Espaço, que é responsável pela seleção de expositores e o calendário de atividades. A perspectiva é de que outras cinco atrações culturais sejam apresentadas no Espaço, nascido com os propósitos de divulgar a arte paranaense e estreitar a relação do médico com a sociedade.

As pinturas de Zimmermann estiveram em exposição durante quase um mês e meio. Em 2 de dezembro, foi inaugurada a segunda mostra, a “*elas.arte.crmpr*”. Desenhos, gravuras, pinturas e cerâmicas de outras cinco artistas paranaense estiveram em destaque até meados de fevereiro no Espaço Cultural do Conselho, por onde já passaram centenas de visitantes, sobretudo médicos e familiares. Artistas com experiência em inúmeras mostras coletivas e individuais, Denise Coelho, Estela Sandrini, Guilmar Silva, Maria Ivone Bergamini Vannucchi e Mazé Mendes foram unânimes quanto a repercussão positiva decorrente da iniciativa.

A mostra “5 Expressões” foi inaugurada no início de março no Espaço Cultural e ficará aberta à visitação até 15 de abril.

A vernissage da nova coletiva do Espaço ocorreu na noite de 3 de março, sendo prestigiada por grande número de visitantes.

Exposições no Espaço Cultural CRMPR

Os artistas interessados em participar do Espaço Cultural CRMPR devem encaminhar a proposta com foto e ficha técnica das obras que deseja expor, breve currículo e telefone ou e-mail para contato. O material enviado via Correios, pessoalmente na Sede do Conselho de Medicina ou por e-mail será avaliado pela comissão constituída com tal finalidade. O grupo de análise é formado por Tânia Zaruch (coordenadora), Carlos Eduardo Zimmermann, Dr. Hélio Germiniani e Constantino Viaro. Tânia é ex-diretora da Fundação Cultural de Curitiba. Zimmermann é artista e com estreita relação com a medicina, já que também se formou médico. Viaro, advogado e ex-superintendente da Fundação Teatro Guaíra, é filho do pintor italiano Guido Viaro (1897-1971), que ajudou a propagar a arte entre milhares de jovens paranaenses. Dr. Hélio é ex-conselheiro do CRMPR, professor livre-docente de Cardiologia da UFPR e estudioso da música e arte.

Integrantes da Comissão de Análise do Espaço, em reunião com o presidente do CRM.

A proposta para análise pode ser enviada por e-mail (cultural@crmpr.org.br). Informações adicionais podem ser obtidas pelo telefone (0xx41) 240-4068, com Daniel, de segunda a sexta-feira. O Espaço Cultural CRMPR fica no saguão do piso S2 (mesmo do auditório) do prédio da Sede, na Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre.

NOTAS

Médico da área esportiva

O Conselho de Medicina do Paraná pretende viabilizar resolução para disciplinar e/ou regulamentar a participação de médico de equipe esportiva em eventos fora de seu âmbito de jurisdição. Em competições esportivas, especialmente futebolísticas, é habitual que o médico ou médicos de cada equipe acompanhe os deslocamentos para dar assistência aos atletas, mesmo em outros estados ou países. Há questionamentos quanto ao cumprimento de rito burocrático a cada viagem, já que o profissional estará restringindo a assistência àqueles que acompanha.

Novo piso salarial

O novo piso salarial da categoria médica para 20 horas semanais foi fixado pela Fenam em R$ 3.313,24. O valor, que tem vigência para o exercício todo, é resultante da aplicação do IGPM acumulado de 2004 (12,41%) sobre o piso anterior, que era de R$ 2.947,24. O piso deve servir para orientar as reivindicações em dissídios, acordos coletivos e demais negociações.

SBOT tem novo presidente

A Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia está sendo presidida em 2005 pelo Prof. Walter Manna Albertoni (SP). A posse ocorreu no dia 6 de janeiro, durante a reunião da Comissão Executiva da SBOT no 34.º Exame para Obtenção do Título de Especialista, que ocorreanualmente em Campinas (SP). No ano passado a Sociedade foi dirigida por Neylor Lasmar. O novo presidente assinalou que sua gestão continuará engajada nas ações de pefesa profissional, a exemplo do que ocorreu no ano passado, com enfoque para a implantação da CBHPM, aprovação da Lei do Ato Médico e criação da Ordem dos Médicos do Brasil. A SBOT foi fundada em setembro de 1935.

Novos coordenadores do Danc

O Diretório Acadêmico Nilo Cairo, da Faculdade de Medicina da UFPR, tem novos coordenadores para o mandato de um ano. Anderson Nitsche, do 10.º período, e Priscila Nogueira e Kelly Vieira, ambas do 6.º, tomaram posse em solenidade realizada na tarde de 19 de fevereiro, na sede do DANC, na Rua Ébano Pereira, 114, Centro de Curitiba. O coordenador da Comissão de Ensino Médico do CRMPR, Prof. Miguel Ibraim Hanna Sobrinho, representou o Conselho no evento. Este ano, a sede do Denem está no Paraná. Para saber sobre as atividades acadêmicas ou outros assuntos do Diretório, contatar pelo fone (0xx41) 360-5265.

Câmara de Medicina Legal

Na primeira reunião do ano, realizada no dia 18 de fevereiro, os membros da Câmara Técnica de Medicina Legal concentraram os trabalhos na organização do programa de atividades para o exercício. Um dos temas colocados em debate foi a sugestão de editar resolução sobre protocolo de destino de membros humanos, em consonância com as normas de saúde e meio ambiente da Anvisa, que terão vigência neste semestre. O texto preliminar já está em análise. Conforme o coordenador da Câmara Técnica, Carlos Ehlke Braga Filho, outra questão a merecer atenção é a da obrigatoriedade de realização de perícias de natureza criminal, no que se refere a abuso sexual em crianças. Os temas voltam a ser analisados na reunião do dia 17 de março.

Resíduos de saúde

Curitiba terá de se antecipar à aplicação da RDC n.º 306 da Anvisa, que estabelece normas técnicas para o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde. O motivo é o fim da vida útil da vala séptica da Cidade Industrial, quem abrigando o lixo hospitalar da Capital e de 14 municípios metropolitanos. O IAP prorrogou até o final de março o prazo de uso da vala, podendo estendê-lo até o final de abril. O Poder Público insiste que a responsabilidade da destinação final passa a ser de cada estabelecimento gerador. Os serviços de saúde, por sua vez, querem que a administração pública mantenha a tutela do sistema e até que viabilize a construção de uma usina de reciclagem. As negociações continuam, inclusive com empresas privadas que se apresentam para realizar o serviço de coleta e destinação dos resíduos. Fora de Curitiba, a questão do lixo terá de ser resolvida até junho.

Queda mortalidade infantil

Pela primeira vez em sua história, Londrina registra apenas um dígito no coeficiente de mortalidade infantil. Conforme estatísticas divulgadas pela Prefeitura Municipal, em 2004 o coeficiente de mortes de crianças menores de um ano de idade por mil nascidos vivos ficou em 8,99, ou redução de 22,89% na taxa de mortalidade infantil em relação a 2003, quando foram registradas 12,09. Na década de 90, o índice era de 22,62. O secretário de Saúde, Silvio Fernandes, diz que no ano passado ocorreram 64 óbitos de crianças com até um ano de idade, dos quais 62 casos em Londrina e dois de crianças da cidade que faleceram em outras localidades. No mesmo período, o número de nascidos vivos foi de 7.121 crianças.

Saúde suplementar

Na primeira quinzena de março, duas câmaras técnicas já realizaram reuniões para debater aspectos da saúde suplementar. Uma delas, a das Diretrizes, já definiu a realização de cursos de orientação e capacitação sobre medicina baseada em evidências, dirigidos a grupos de médicos prestadores de serviço às operadoras de planos de saúde e cooperativas. Em 28 de abril, o CFM e a AMB realizarão, em Brasília, um fórum nacional para implmentação do Projeto Diretrizes. A Câmara de Materiais e Medicamentos debateu o uso de contrastes e voltou a revisar a lista de materiais de uso único. Novas reuniões incluem as das Câmaras de Órtese e Prótese, no dia 22, e da Classificação Hierarquizada, no dia 23.

Saúde Mental

Com apoio da Federação Espírita do Paraná, a IX Jornada do Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, cujo tema será "Saúde Mental - Uma construção transdisciplinar", ocorrerá em Curitiba no período de 31 de março a 2 de abril. Os interessados podem ligar para (41) 352-3011 ou enviar e-mail para (centrodeestudos@hospitalbomretiro.com.br).

Apucarana: saúde em crise

O Ministério Público de Apucarana abriu inquérito civil público para investigar o setor de saúde. Várias entidades, inclusive o Conselho Municipal de Saúde, denunciaram o funcionamento do sistema administrado pelo município em gestão plena. Dificuldades de acesso aos serviços do SUS e a dívida com os prestadores de serviços são denúncias que se somaram ao surpreendente aumento de 30% no índice de mortalidade infantil no ano passado. O município registrou 21,60 mortes por mil nascidos vivos em 2004.

Palestra sobre genética

A Associação Médico-Espírita do Paraná (AME-Paraná) promoveu no dia 12 de março seminário sobre o tema "Genética - Questões bioéticas e espiritismo" . Ocorreu na sede do Teatro da Federação Espírita do Paraná, em Curitiba, tendo como palestrante a Dra. Marlene Rossi Severino Nobre, médica ginecologista, presidente das AMES-Brasil e autora de livros como "O clamor da vida", "A alma da matéria" e "Lições de sabedoria". A coordenação do seminário coube aos Prof. Edson Tristão e Laércio Furlan. Os participantes receberam certificado.

Concurso para médicos

A Prefeitura de Cuitiba abriu em 7 de março inscrições para concurso público para contratação de 144 médicos. As inscrições vão até 20 de março e a primeira etapa de provas vai ocorrer em 10 de abril. São 87 vagas para clínico geral, 26 para gineco-obstetrícia, 27 para pediatria e quatro para psiquiatria. Saiba mais acessando o site da Prefeitura (www.curitiba.pr.gov.br).

Aprovação da Lei de Biossegurança

O Plenário da Câmara Federal aprovou em 2 de março, por 352 votos a 60, o Projeto de Lei da Biossegurança (PL 2401/03), que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização em todas as atividades relacionadas aos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e permite pesquisas com células-tronco humanas. O texto foi aprovado na forma do substitutivo do Senado, acatado pela Comissão Especial no ano passado, e agora irá à sanção presidencial. Os três destaques ao texto foram rejeitados. O primeiro pedia a exclusão da permissão do uso de células-tronco embrionárias para fins de pesquisa e terapia. Com a rejeição, a pesquisa poderá ser feita com embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro*, contanto que sejam considerados inviáveis ou congelados há pelo menos três anos. Em qualquer caso, será necessário o consentimento dos genitores e as instituições que realizem esse tipo de pesquisa ou terapia deverão submeter seus projetos à apreciação e aprovação dos respectivos comitês de ética em pesquisa. O texto proíbe a engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano e embrião humano, além da clonagem humana.

Curtas

*** O médico e escritor curitibano Moysés Paciornik recebeu uma série de homenagens, recentemente, pela passagem de seu 90.º aniversário. Ele integra a Sociedade Brasileira dos Médicos Escritores, Academia Paranaense de Letras e Centro de Letras do Paraná. Seu histórico inclui participação direta na constituição das entidades representativas das áreas médica e hospitalar.

*** O Ministério da Saúde, atendendo a solicitações dos órgãos representativos da classe médica, adiou a data de implantação da Portaria 1.737, que deveria entrar em vigor no último dia 19 de fevereiro. A proposta é vista como uma sectária tentativa de estatizar a hemoterapia e a própria assistência hospitalar.

*** Almirante Tamandaré, na Grande Curitiba, ganhou o primeiro centro de atendimento 24 horas. Funciona em convênio com o Hospital Santa Edwirges.

*** O secretário de Saúde de Ponta Grossa, Alberto Olavo de Carvalho, anunciou no início de março medidas para tenta reverter as condições precárias de assistência no município, que sofre com o problema das filas para atendimento, falta de médicos e de remédios. Dez médicos foram contratados em regime de urgência, pelo prazo de quatro meses. O município também ganhou acréscimo de 50 AIHs em seu teto financeiro.

Atenção

Acesse o site do Conselho para saber sobre banco de empregos e oportunidades profissionais, calendário científico e de eventos, agenda da Diretoria e atividades do CRM, artigos de opinião e outras notícias de interesse do médico.

Agenda médica

ABRIL/2005

1 a 2
Jornada Paranaense de Atualização em Climatério
Local: Curitiba / Realização: SOGIPA
Tel.: (41)232-2535 / E-mail: sogipa2002@terra.com.br

20 a 23
23.º Congresso Mundial de Patologia e Medicina Laboratorial
Local: Vitória (ES)
Inf.: (27) 3324-1333, 3325-7724 e 2430-1608 ou site www.sobracil.org.br/congresso

28 a 30
11.ª Jornada Curitibana de Educação da PUCPR - em Curitiba
Inf.: (0xx41) 668-6949 ou www.futuroeventos.com.br

MAIO

25 a 28
"O futuro de uma geração"
(Multidisciplinaridade e avanços no atendimento da criança, do adolescentes e da família)
XVIII Congresso da Associação Brasileira de Neurologia e Psiquiatria Infantil (Abenepi)
XV Congresso da Federação Latino-Americana de Psiquiatria da Infância, Adolescência, Família e Profissões Afins
I Jornada de Saúde Mental da Sociedade Paranaense de Pediatria
Local: Expotrade Pinhais, Grande Curitiba (PR)
Inf.: (41) 3022-1247 ou ekipe@ekipeeventos.com.br

26 a 28
VII Congresso Paranaense de Clínica Médica/IV Congresso Paranaense de Medicina de Urgência/II Jornada da Liga Acadêmica
Local: UnicenP em Curitiba (PR)
Inf.: (41) 343-1451 ou sbcmpr@netpar.com.br

JUNHO

16 a 18
9.º Congresso Paranaense de Ginecologia e Obstetrícia
Local: Ponta Grossa - PR / Realização: SOGIPA
Tel.: (41)232-2535 / E-mail: sogipa2002@terra.com.br

JULHO

2 a 6
IX Congresso Brasileiro de Transplantes
VII Encontro de Enfermagem para Transplantes
Fórum de Histocompatibilidade – ABH
IV Congresso Luso-Brasileiro de Transplantes
Local: Salvador (BA)
Inf.: www.abto.org.br/ ou e-mail: abto@dialdata.com.br

AGOSTO

27 a 30
II Congresso Internacional de Especialidades Pediátricas – Criança 2005
Local: Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba (PR)
Inf.: (0xx41) 310-1010 ou www.pequenoprincipe.org.br

NOVEMBRO

10 a 12
Simpósio Centro-Sul de Mastologia
Local: Curitiba - PR / Realização: Sogipa
Tel.: (41)232-2535 Fax: (41)223-6300

VI Congresso Brasileiro de Bioética em Foz

O VI Congresso Brasileiro de Bioética será realizado no período de 31 de agosto a 3 de setembro, em Foz do Iguaçu, centrando os debates na temática "Bioética, Meio Ambiente e Vida Humana". O evento vai ocorrer em conjunto com o I Congresso de Bioética do Mercosul e o Fórum da Redbioética da Unesco. O tema central foi escolhido com o intuito de retomar a temática do meio ambiente, por considerar a preservação como a principal condição para uma vida saudável. Conselheiros do CRMPR e profissionais de renome nacional e internacional coordenarão discussões sobre os avanços extraordinários da biotecnociência, a incapacidade de adequar tecnologia e outros temas voltados para o meio ambiente e qualidade de vida. Interessados em saber mais sobre o congresso podem acessar o site do Congresso (www.sbbcongressobioetica2005.com.br).

XVII Congresso Brasileiro de Genética Clínica

Promovidos pela Sociedade Brasileira de Genética Clínica (SBGC), os Congressos Brasileiros de Genética Clínica (CBGC) a cada edição vem buscando uma identificação reflexiva em relação aos temas mais conflitantes no campo da Bioquímica Metabólica e da Genética Humana e Médica. A 17.ª edição do congresso será realizada em Curitiba (PR), nos dias 8 a 11 de junho. Com o principal intuito de ser um evento multidiciplinar, o XVII CBGC abordará temas como o avanço tecnológico como ferramenta para alcançar um diagnóstico cada vez mais precoce para doenças genéticas, a Medicina Genômica e a Medicina Proteômica, novas formas de tratamento, discussões éticas, o Programa Nacional de Triagem Neonatal ("Teste do Pezinho"), etc. Interessados podem acessar o site desenvoldio para o Congresso (www.genetica2005.com.br).

2.º Simpósio Internacional de Neurogeriatria

Aprimorar o diagnóstico precoce e princípios gerais do manejo clínico das demências e das síndromes parkinsonianas. Este é o objetivo do 2º Simpósio Internacional de Neurogeriatria, que ocorrerá nos dias 22 e 23 de abril, em Curitiba, no Hotel Four Points Sheraton. Com temas bastante atuais e uma programação que conta com convidados de renome nacional e internacional, o simpósio pretende discutir diagnósticos e tratamentos para as doenças de Alzheimer e Parkinson para ajudar os profissionais a controlar os sintomas e melhorar a saúde dos indivíduos portadores. O evento é promovido pela Sociedade Brasileira de Clínica Médica e conta com o apoio das Sociedades Paranaense de Ciências Neurológicas, Brasileira de Geriatria e Gerontologia – Seção Paraná e Paranaense de Psiquiatria. Interessados contatar (0xx41) 343-1451 ou (sbcmpr@netpar.com.br).

Fórum de discussão sobre o diagnóstico de morte encefálica

A Central Estadual de Transplantes promoveu no dia 12 de janeiro, na sede do Conselho Regional de Medicina do Paraná, em Curitiba, o I Fórum de Discussão sobre o Diagnóstico de Morte Encefálica. O palestrante convidado foi o Prof. Carlos Eduardo Soares Silvado, que integra a Câmara Técnica de Morte Encefálica do Conselho. O debate (foto) envolveu mais de 30 profissionais. Dados exibidos no fórum mostram que o número de transplantes de órgãos e tecidos que chegou a 696 em 1996, teve decréscimos nos dois anos seguintes. Porém, em 2004, já atingia o patamar de 991. na CET existem 47 serviços de busca ativa e captação de órgãos cadastrados, distribuídos em 22 municípios.

Infectologia Pediátrica

Nos dias 27 a 30 de abril, a Sociedade Paranaense de pediatria promove o XIV Congresso Brasileiro de Infectologia Pediátrica e a III Jornada Paranaense de Infectologia Pediátrica. O evento ocorrerá no Bourbon Foz Hotel & Tower, em Foz do Iguaçu, e conta com a presença de renomados especialistas no assunto. Na ocasião serão premiados os melhores temas livres de profissionais e também de alunos de medicina. Os interessados podem acessar o site (www.infectoped2005.com.br), ligar para (41) 3022-1247 ou enviar e-mail para a coordenação dos eventos (ekipe@ekipedeeventos.com.br).

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

EDITAL

CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL PENA DISCIPLINAR APLICADA AO MÉDICO ANTONIO ROBERTO ANJOS MANSUR – CRMPR 10924

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3268/57, regulamentada pelo Decreto 44.045/58, consoante ACÓRDÃO do Conselho Federal de Medicina, de 07 de outubro de 2004, contido nos autos do Processo Ético Profissional n.º 013/99 vem executar a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", nos termos da letra "C", do artigo 22, da Lei 3268/57, ao médico ANTONIO ROBERTO ANJOS MANSUR, por infração ao artigo 38 do Código de Ética Médica.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2005.

CONS. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO
Presidente.

Mobilização nacional contra aumento da carga tributária

Durante todo o mês de março estarão ocorrendo em várias capitais do País atos públicos defendendo a derrubada da MP 232, que eleva ainda mais a tributação para prestadores de serviços, incluindo médicos. A última das mobilizações vai ocorrer em Brasília, no final do mês, às vésperas da apreciação pelo plenário da Câmara da nova versão da MP proposta pelo governo. A expectativa é de a medida seja rejeitada em todos os seus pontos, exceto o que corrige a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física em 10%.

A Frente Brasileira contra a rejeição da medida começou a ser articulada em Curitiba, em janeiro, após reunião coordenada pelo Conselho Regional de Contabilidade e Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). No dia 15 de fevereiro, ato público realizado em São Paulo reuniu representantes de mais de mil entidades de serviços, incluindo Conselho Federal de Medicina, AMB, Sociedades de Especialidade e CNS. Dois dias depois, dirigentes de associações profissionais e empresariais entregavam aos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, manifesto contra a MP. Editada ao final do exercício passado sob pretexto de corrigir o IR, a medida acabou incluindo no texto a majoração de 25% (32 para 40%) na base de cálculo do IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro para as empresas prestadoras de serviços optantes pelo lucro presumido. Na prática, significa um aumento da carga de IRPJ e CSLL entre 25 e 35,42%, além de impor uma série de antecipações e retenções de tributos, com maior ônus para o cumprimento das obrigações.

O presidente do CRMPR, Donizetti Giamberardino Filho, solidário à mobilização desde seu início, lamenta a falta de transparência na atitude do governo, com sério impacto na assistência à saúde da população. Para ele, não há outra saída que não a da derrubada da MP, pois qualquer emenda só traria mais confusão e reflexos nocivos à sociedade, com perda de postos de trabalho, endividamento maior dos prestadores de serviços e repasse de custos aos clientes. Referindo-se à mobilização, o presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade, disse que atos como esse mostram que a sociedade está viva e não aceita mais ser tutelada e submetida a desmandos de tecnocratas insensíveis às necessidades da nação.

A forte pressão exercida pela sociedade, com o respaldo das entidades representativas e legisladores, fez com que o Executivo prorrogasse por mais 30 dias a vigência da medida. Neste mês, estarão ocorrendo atos públicos em Belo Horizonte, Salvador, Recife, Florianópolis, São Paulo, Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Brasília. De forma paralela, estão sendo angariadas adesões ao Manifesto da Frente Brasileira contra a MP 232. A lista pode ser consultada no site criado para tal fim (www.mp232.com.br).

De acordo especialistas da área tributária, no início do governo atual a carga tributária imposta pelo IRPJ e CSLL ao setor de serviços era de 5,88%. Ao final do primeiro ano passou para 7,68%, alcançando 8,40% em abril do ano passado. A estimativa é de chegue a 9,60% ao final do governo Lula. Hoje, além do IRPJ e CSLL, o setor de serviços, incluindo médicos, já recolhem PIS (0,65% sobre a receita), Cofins (3%), ISS (de até 5% conforme legislação de cada município), tributos sobre folha de salários (que implicam em média em 44% sobre a folha com INSS, FGTS e Contribuição para Terceiros), CPMF, IOF e outras taxas como IPTU, IPVA e, agora, também a coleta e destinação final dos resíduos de saúde.

Na manifestação de repúdio pela MP 232, Afif Domingues discursa diante dos presidentes do Senado e da Câmara Federal.

Edson de OLiveira Andrade, Afif Domingues, Eleuses de Paiva e Rafael Guerra, presidente da Frente Parlamentar de Saúde.

O que é a proposta

Pelas novas regras, cuja vigência foi adiada de março para abril, empresas como as de medicina, estariam obrigadas a recolher antecipadamente 4,65% sobre o valor do serviço prestado a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Se para quem presta o serviço a novidade é o pagamento antecipado ao Fisco, quem contrata terá de enfrentar mais burocracia: será obrigado a promover a retenção e o posterior repasse à Receita Federal. Do mesmo modo, as empresas de medicina, dentre outras, também estariam sujeitas à retenção de 1,5% do IR. Já para as empresas prestadoras de serviços de limpeza, conservação, segurança, vigilância e locação de mão-de-obra, a mudança trazida pela MP 232 é a majoração de 0,5% na alíquota do Imposto de Renda retido na fonte, que passaria de 1% para 1,5%.

Mudança de código prejudica

Em meio a repercussão decorrente do aumento da carga tributária pela MP, mais um ônus financeiro tende a alcançar os serviços de saúde e os médicos conveniados ao SUS, nos municípios de gestão plena. Em Curitiba, a Secretaria Municipal de Saúde editou em 31 de janeiro a Resolução n.º 001/2005, que dispõe sobre a inutilização e substituição automática do código tipo "07" pelo tipo "45" do Sistema de Informações Hospitalares (SIH), no processamento da produção hospitalar dos hospitais cadastrados no SUS, no âmbito de Curitiba. A SMS justifica que os profissionais "Tipo 7" não estão vinculados a ela, mas aos hospitais que prestam serviços, e que não pode cadastrar o profissional médico ou qualquer outro de forma isolada. Deste modo, a prefeitura deixa de repassar pagamentos diretos a pessoas físicas. Caberá aos hospitais repassar os valores referente aos serviços médicos, o que em percentuais globais tende a impor redução em cerca de 20% relativos a encargos/impostos. A vigência da resolução data de 3 de fevereiro, quando foi publicada no Diário Oficial do Município. Considerando os baixos valores dos procedimentos do SUS, médicos já exibem a sua contrariedade em aceitar mais um desconto em seus honorários. O assunto merece atenção em todo o Estado.

Nova diretoria para mandato de 20 meses será eleita em maio

A exemplo da maioria dos Estados, o Conselho Regional de Medicina do Paraná terá em maio a eleição de sua diretoria para o segundo mandato do atual corpo de conselheiros (gestão 2003/2008), também a ser cumprido por 20 meses. Conforme estabelece o Regimento Interno, aprovado em setembro de 2002, a eleição deverá ser realizada até 15 dias antes do término do atual mandato, que se encerra em 31 de maio. Como tem sido tradição no Conselho do Paraná, os 42 conselheiros devem votar em chapa de consenso os cargos de presidente, vice, 1.º e 2.º secretários e tesoureiro. A nova diretoria estará na função de 1.º de junho deste ano até o final de janeiro de 2007, quando deverá ser eleito o novo grupo de trabalho para cumprir o terceiro mandato de 20 meses. Nos Estados de São Paulo e Minas Gerais as diretorias são indicadas por períodos de 15 meses, por quatro vezes sucessivas. Considerando a gestão harmoniosa que vem sendo conduzida, o atual presidente do CRMPR, Donizetti Giamberardino Filho, entende que o processo de transição vai ocorrer de forma tranqüila e transparente.

Conselheiros componentes do atual grupo diretor: Gerson Zafalon, Sallim Emed, Carlos Goytacaz Rocha (em pé), Roberto Freire, Donizetti Giamberardino, Hélcio Bertolozzi Soares e Raquele Burkiewicz.

Sociedade de Anestesiologia

O conselheiro do CRMPR Roberto Bastos da Serra Freire foi empossado em janeiro último na presidência da Sociedade Brasileira de Anestesiologia, sucedendo a João Aurílio Rodrigues Estrela, da Paraíba. O mandato é de um ano. A solenidade ocorreu no Rio de Janeiro, sede da entidade, sendo prestigiada por profissionais da especialidade e representantes de outras entidades de todo o País. Na oportunidade, Serra Freire foi homenageado pela Sociedade Paranaense de Anestesiologia, da qual já foi presidente. A SBA conta com mais de 6 mil associados, 500 deles do Paraná.

Na posse da nova diretoria da SBA (parte superior), Roberto Freire foi homenageado por diretores da Sociedade Paranaense.

Posse no Conselho de Minas Gerais

A posse solene da Diretoria e das Comissões do CRM de Minas Gerais ocorreu na noite de 18 de fevereiro na sede da AMMG, em Belo Horizonte. A eleição tinha ocorrido em 12 de novembro e o mandato é para o período de 1.º de janeiro deste ano a 1.º de abril de 2006, a exemplo do que ocorreu em São Paulo. O psiquiatra Maurício Leão de Rezende, diretor do Instituto Raul Soares/Fhemig, assumiu a presidência, função que vinha sendo ocupada por Geraldo Luiz Moreira Guedes e que agora irá atuar como conselheiro federal. O novo presidente ressaltou seus compromissos de luta pela não abertura indiscriminada das faculdades de medicina e pela melhoria do ensino médico, a lei do Ato Médico e a CBHPM. Representantes das entidades nacionais e também de Conselho Estaduais prestigiaram a cerimônia festiva de posse, que precedeu a realização de reunião para fechamento de pauta do XVIII Encontro dos Conselhos de Medicina das Regiões Sul e Sudeste, marcado para o período de 31 de março a 2 de abril, em Vitória (ES). A análise dos assuntos a serem colocados em discussão no Encontro ocorreu na manhã de 19 de fevereiro. O presidente do Conselho do Paraná, Donizetti Giamberardino Filho, participou dos dois eventos na capital mineira.

A cerimônia de posse em MG foi das mais concorridas, sendo prestigiada por representantes de Conselhos de várias regiões do País.

Maurício de Rezende (centro) foi empossado na presidência do Conselho de Minas. Donizetti Giamberardino (dir.) acompanhou a solenidade.

Também assume novo presidente do Cremesp

O novo presidente do Cremesp é Isac Jorge Filho, que sucedeu a Clóvis Francisco Constantino. Ele assumiu a função em 1.º de janeiro, mas a cerimônia oficial ocorreu no dia 29 de janeiro, sendo bastante concorrida. Todas as entidades nacionais estiveram representadas na mesa diretora, incluindo o CFM, por meio do conselheiro Gerson Zafalon Martins. Também o presidente do CRMPR prestigiou a solenidade, a exemplo de pares de outros Estados. A gestão de 2003/2008 do Conselho de São Paulo terá o rodízio de diretorias a cada 15 meses, conforme estabelecido no regimento interno. São 42 conselheiros, que representam os 85 mil médicos inscritos.

Direitos do médico

O médico tem direito a aposentadoria especial. Empregado ou autônomo, tem o direito de contagem do tempo de serviço como insalubre, até a Lei n.º 9.032 (de 1995), independente de laudo técnico, pois era atividade reconhecida pela legislação vigente como especial. Assim, tem o direito de aplicação do adicional de 40% para o homem e 20% para a mulher.

A partir de 1995, com a mudança da legislação, passou-se à obrigatoriedade de comprovação de exposição a agente nocivo, através de laudo técnico.

É de se notar que alguns hospitais ou clínicas não têm os laudos necessários ou os tem com a informação de que não há exposição a agente insalubre, o que pode ser suprido ou alterado via judicial. Este caminho também pode ser trilhado pelos profissionais autônomos.

O que o médico deve estar ciente é do seu direito a contagem do tempo de serviço como especial, com garantia de aposentadoria especial aos 25 anos de labor.

O Conselho de Medicina do Paraná disponibiliza aos médicos os serviços de sua Assessoria Jurídica para informações ou mesmo para promover todo o processo judicial visando a contagem do tempo especial.

INSS: Direito à devolução

Para que o trabalhador (médico) saiba se tem direito à devolução do INSS descontado do 13.º salário, basta somar o salário do mês de dezembro com o valor do adicional (13.º) recebido no mesmo mês e aplicar, sobre a totalidade, as alíquotas de desconto do INSS. Se a soma do salário e do 13.º ultrapassar o teto referente ao salário-contribuição, terá de ser restituído no montante recolhido a maior. Por exemplo: se o médico recebeu salário de R$ 2.500,00 e teve desconto do INSS sobre o 13.º salário nos últimos 10 anos, terá direito a uma restituição próxima de R$ 3.500,00.

Para iniciar o procedimento legal para restituição, são necessários os seguintes documentos: cópia da CTPS (folha do retrato, folha de qualificação e folha de anotação do contrato de trabalho com empresa), cópia de identidade, cópia do CPF, cópia do PIS e relação de contribuições do INSS recolhidas sobre o 13.º salário, que pode ser fornecido pela empresa, em forma de declaração (últimos 10 anos) e/ou recibos/holerites do 13.º (também últimos 10 anos).

A exemplo da questão da aposentadoria, o Conselho do Paraná está à disposição dos médicos para informações adicionais ou mesmo para promover todo o processo judicial visando a restituição do tributo pago indevidamente.

Acompanhante no parto

A Câmara Federal aprovou, em 10 de março, projeto de lei que permite à grávida a presença de acompanhante durante o parto no SUS. A proposta, já aprovada no Senado e parada havia um ano na Câmara, foi votada depois da intervenção da mulher e da filha do presidente da Casa, Severino Cavalcanti. Segue agora para a sanção do presidente. A autora do projeto, senadora Ideli Salvati, a permissão para que um acompanhante fique junto da grávida na hora do parto reduz o número de cesarianas e de complicações pós-parto. A questão, porém, já está gerando muita polêmica, sobretudo entre os profissionais e hospitais. Além da omissão do ônus das despesas provocadas pelo acompanhante, como higienização, a presença deste pode incorrer a riscos à saúde da parturiente e de outros pacientes.

Resoluções do CFM

Oftalmologia

O CFM passa a considerar como procedimento terapêutico usual na prática médico-oftalmológica, a utilização de anel intra-estromal na córnea (anel de Ferrara) para o tratamento de pacientes com ceratocone nos estágio III e IV. A Resolução CFM n.º 1.762/05, publicada no DOU de 26 de janeiro último, vem revogar o contido no inciso II do Art.2.º da Resolução 1622/2001. São ressalvadas as seguintes contra-indicações contidas no parecer CFM n.º 02/2005, de 14 de janeiro de 2005: ceratocone avançado com ceratometria mais que 75,0 dioptrias; ceratocone com opacidade severa da córnea; hidropsia da córnea; associação com processo infeccioso local ou sistêmico; e síndrome de erosão recorrente da córnea.

Em suas justificativas, o CFM ressalta que o tratamento com implante intra estromal da córnea em portadores de ceratocone, nos estágios III e I,V é reconhecido pela comunidade científica e que existe um expressivo número de pacientes que poderão se beneficiar com este tratamento.

Atraso de anuidades

A Resolução CFM n.º 1.759/05, publicada no DOU de 26 de janeiro, altera para 2% o percentual da multa em caso de atraso no pagamento das anuidades pessoas físicas e jurídicas para o exercício de 2005. A mudança foi aprovada na sessão plenária de 14 de janeiro. O novo percentual passa a ser aplicado a partir das anuidades não pagas até o dia 31 de março de 2005.

Cofins e os serviços médicos

A isenção da Cofins para as sociedades civis de prestação de serviço médico vem sendo defendida nos tribunais. O Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento de que as sociedades civis prestadoras de serviços profissionais continuam isentas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Em que pese o entendimento favorável pela concessão da isenção da Confins pelo STJ, é importante ressaltar que a Justiça Federal da Seção Judiciária de Curitiba, na maioria das ações propostas por hospitais e outros estabelecimentos de saúde, tem dado pela improcedência da ação em sentença final. Por sua vez, o Tribunal Regional Federal da 4.ª região também tem seguido este entendimento decidindo pelo não provimento dos recursos. Dessa forma, somente haverá êxito nas ações perante o STJ desde que a controvérsia permaneça na área infraconstitucional, ou seja, se não houver questionamentos constitucionais expressos, persistirá a competência do STJ para o julgamento do recurso.

A União tem prequestionado matéria constitucional a fim de que se desloque a competência do debate ao Superior Tribunal Federal –STF, que é contrário a isenção da Cofins, inclusive o Ministro Nelson Jobin requereu uma auditoria e um estudo para averiguar qual seria o montante que a União teria de arcar caso fosse concedida a isenção da Cofins as sociedades civis prestadoras de serviços. Para tributaristas, percebe-se que a decisão do STF será política e que possivelmente tenderá a firmar posição final contrária a isenção da Cofins.

Uso de celular não caracteriza sobreaviso

O Tribunal Superior do Trabalho formalizou entendimento de que o uso de aparelho celular não caracteriza sobreaviso para efeito de recebimento de adicionais de salário como hora-extra. De acordo com o ministro Gelson de Azevedo, o relator da matéria, o empregado que permanecer em sua própria casa aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço, assim como o sistema de Bip, não caracteriza direito ao benefício decorrente do regime de sobreaviso.

Pareceres do CFM

- **Tratamento de vitiligo com aplicação de PUVA**

Processo-Consulta CFM n.º 11475/1999 – Parecer CFM n.º 3/2005
Interessado: M.A.A. / Relator: Cons. Ricardo José Baptista
EMENTA: O tratamento com PUVA - fototerapia com ultravioleta-A não é um tratamento experimental, sendo mais uma alternativa na tentativa da cura do vitiligo, mesmo não alterando o material genético do paciente

- **Concessão de licença médica na Previdência Social**

Processo-consulta CFM n.º 5968/2004 – Parecer CFM n.º 1/2005
Interessado: E. P. M. / Relator: Cons. Frederico Henrique de Melo
EMENTA: O comportamento do perito médico deve ser pautado pela legislação específica, Código de Ética Médica e Resolução CFM n.º 1.488/98.

Confira a íntegra dos pareceres no site do CFM ou do CRMPR.

A polêmica do aborto sem o boletim de ocorrência de estupro

Norma técnica do Ministério da Saúde, editada em 1998, fixava a obrigatoriedade da apresentação do boletim de ocorrência para que os médicos da rede pública realizassem a interrupção da gravidez em vítimas de estupro. Levando em consideração o que estabelece o Código Penal, que não exige a apresentação de BO para que a mulher violentada faça aborto, o Ministério reviu sua posição. A Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Contra as Mulheres e Adolescentes suspende a exigência já a partir de 22 de março. Ela será publicada no contexto de vários cadernos que tratam sobre os direitos sexuais reprodutivos. A repercussão da medida foi imediata, estabelecendo uma série de conflitos de interpretação e de posição.

O ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, Corte que em abril deve julgar a questão do aborto dos anencéfalos, interpretou que a iniciativa do Executivo era uma invasão à esfera do Judiciário e que os médicos não ficariam isentos de futuros processos. Os profissionais poderiam ser enquadrados no artigo 126 do Código Penal, que prevê pena de um a quatro anos de prisão para os condenados por "por provocar aborto com o consentimento da gestante". Várias correntes, especialmente ligadas à Igreja Católica, são contrárias à proposta, entendendo que pode ser estímulo à violência e à banalização do aborto. José Maria da Costa, assessor da Comissão de Vida e Família da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reagiu com indignação à decisão do governo. "O aborto é inaceitável em qualquer circunstância. A dispensa do boletim de ocorrência em caso de estupro é escancarar o aborto no País", afirma.

O diretor substituto do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério, Adson França, garante que a medida visa desburocratizar os procedimentos em casos de violência sexual. "O aborto é a quarta causa de mortalidade materna. Cabe ao Ministério garantir o exercício da saúde e o atendimento adequado", reforça. Ele não acredita na banalização do aborto, uma vez que a mulher deverá ser atendida por uma equipe multidisciplinar, que deverá prestar orientações sobre a importância de registrar ocorrência. Tereza Campos, diretora do mesmo Departamento, insiste que o Ministério não está legislando nada, citando que o Código Penal inclui o aborto entre os crimes contra a vida e prevê duas exceções: nos casos de estupro e risco de vida à mulher.

Profissão e ética

O Código de Ética Médica prevê que o profissional pode alegar objeção de consciência e não realizar o aborto. A nova medida ainda não chegou a ser debatida na esfera do Conselho Federal ou do Regional de Medicina do Paraná, para uma manifestação oficial. Contudo, em primeiro momento e sem que o assunto tenha sido debatido amplamente pela sociedade civil, o entendimento da atual Diretoria do CRMPR é de que a norma técnica trará constrangimento aos médicos. Sem a apresentação do BO, de outro documento ou laudo atestando a violência ou de uma decisão judicial, o entendimento é de que as mulheres encontrarão dificuldades de acesso ao procedimento no sistema público. "Essa medida cria grandes dificuldades para os médicos da rede pública. A reputação do profissional pode ser abalada por uma situação não real de estupro. O BO é visto como uma segurança para a classe", avalia o vice-presidente do Conselho, Hélcio Bertolozzi Soares, que já presidiu a Sogipa e é professor assistente de Universidade Federal do Paraná. O presidente do Conselho, Donizetti Giamberardino Filho, lembra que mesmo com o boletim, o médico não é obrigado a fazer o aborto. "Por questões éticas e morais, o profissional pode invocar o seu direito de não realizar a cirurgia para interromper a gravidez", diz, ressaltando que o BO é mecanismo legal de cautela e que reflete na atitude de consciência do profissional diante do dilema.

O também conselheiro Carlos Ehlke Braga Filho, professor universitário e ex-diretor do IML, interpreta que a medida pode ser um mal menor diante do que ocorre hoje no País. Para ele, cabe à mulher o poder de decisão e que, se não for com o médico do sistema público, o aborto poderá ocorrer em outras circunstâncias. Para o conselheiro, o registro da ocorrência é mais um constrangimento à vítima da violência. "Considerando que a ação penal decorre de representação, a declaração ao médico pela vítima teria efeito de fé pública", opina outro profissional que já realizou o procedimentos de aborto em caso de gestação com origem em estupro. "O BO é apenas uma ferramenta", reforça o professor de Direito Penal da UFPR, Edward Rocha de Carvalho. "A partir do momento em que a mulher conta para o médico que realmente foi violentada e que ele considera a afirmação verdadeira, a intervenção se torna legal", complementa o professor de reprodução humana da UFPR, Rosires de Andrade, que coordena o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual no Hospital de Clínicas (HC).

Outras manifestações

Titular da Promotoria de Defesa dos Usuários de Saúde do Distrito Federal, o promotor Diaulas Ribeiro diz temer que a dispensa do boletim de ocorrência impeça o tratamento adequado, como fornecer à vítima o coquetel anti–HIV e a pílula do dia seguinte, ou, ainda, a coleta de material que pode servir como prova contra o acusado. O aspecto positivo, diz, é que, caso não queira, a mulher não precisa passar pelo constrangimento de registrar a ocorrência. O deputado federal Wasny de Roure (PT-DF), que faz parte da bancada evangélica na Câmara, afirma não concordar com a proposta do Ministério da Saúde, entendendo que antes de qualquer mudança seria necessário um amplo debate com a sociedade civil. Eduardo Guerra, presidente do Conselho de Medicina do Distrito Federal admite existir o receio de que o aborto seja banalizado. Ele concorda que existem casos especiais e isso facilitaria para essas mulheres, mas adianta que deve existir uma mínima garantia de que a gravidez é, de fato, decorrente de violência sexual.

CNS também reconhece interrupção de gestação para casos de anencefalia

O Conselho Nacional de Saúde aprovou dia 9 de março resolução que reconhece o direito de interrupção da gravidez em caso de feto anencéfalo. Por 27 votos a favor e dois contra, o CNS entendeu que as mulheres devem ter o direito de interromper a gestação quando for detectada essa má-formação do feto. A resolução não tem força de lei, mas será mais um argumento para tentar convencer os ministros do Supremo Tribunal Federal a autorizarem a interrupção. O STF ainda não julgou o mérito de uma ação apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde que defende o aborto em caso de anencefalia. O ministro Marco Aurélio de Mello chegou a concedeu liminar autorizando tal procedimento em todo o país, sem que as gestantes precisassem recorrer à Justiça em sua cidade. A liminar acabou cassada. A manifestração do CNS é a terceira favorável à interrupção da gravidez. Antes, OAB e Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana já tinham se posicionado.

Acordo com Unidas, importante passo para consolidar CBHPM

Depois de mais de um ano de negociações, chega-se a consenso para a implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos na esfera das empresas de autogestão no Paraná, representadas pela Unidas/Assepas. Apesar de os valores ainda não serem os pretendidos e nem todas as empresas estarem em condições de aplicar de imediato os termos do acordo, as entidades médicas entendem que foi dado importante passo para consolidar o movimento, que prega uma medicina de qualidade e segurança. Do mesmo modo, pela primeira vez celebrou-se o compromisso de se promover correções anuais nos contratos, seja em relação às consultas ou aos demais procedimentos.

A nova proposta da Unidas/Assepas foi apresentada em 17 de fevereiro, em reunião na Associação Médica do Paraná com os integrantes da Comissão Estadual de Honorários Médicos. Os termos firmados por 19 empresas de autogestão foram acolhidos e ratificados no dia seguinte, em nova reunião, desta feita do Conselho Científico da AMP. Hélcio Bertolozzi Soares, presidente da CEHM, avaliou que prevaleceu o bom senso, considerando as dificuldades exibidas pelas empresas ao longo do período de negociação. Para ele, a recomposição das perdas representa importante conquista e que tende a ser aplicada na contratualização com os demais segmentos de saúde supletiva.

O acordo prevê valores escalonados para as consultas médicas. O patamar inicial é de R$ 33,60 para junho de 2004, passando para R$ 35,70 em janeiro deste ano e para R$ 37,80 em julho. Em janeiro de 2006 será de R$ 42,00. A revisão das perdas no período de junho de 2005 a junho de 2006 vai ocorrer em julho do próximo ano. Os portes serão aplicados de forma imediata, com redutor de 20%, enquanto a UCO terá menos 30% (sobre R$ 11,50) e SADT menos 20%. Em julho deste ano deverá ocorrer a negociação das perdas do período de julho do ano passado a junho de 2005.

Na reunião da Comissão Nacional, no Rio (esq.), foram fixadas novas estratégias para implantação da Classificação. Na sede da AMP (dir.), integrantes da Comissão Estadual aprovaram o acordo com as empresas de autogestão.

Reunida no Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro, a CNI apresentou propostas como parte do planejamento para ações a serem desenvolvidas para 2005. Dentre as propostas estão a de intensa mobilização pela aprovação do PL 3466, avaliação das ações jurídicas já implementadas, retomar as negociações com as seguradoras para implantação da Classificação e insistir com a ANS na avaliação do rol de procedimentos e pontos básicos dos contratos. No dia 1.º de março, 37.ª reunião da Câmara de Saúde Suplementar, em Brasília, o diretor de Saúde Pública da AMB, Samir Dahas Bittar, apresentou a proposta de contrato de prestação de serviços elaborada pelas entidades médicas e pela direção nacional da Unidas. Os representantes da Fenaseg e da Abramge, que participaram da reunião, foram convidadas oficialmente a desenvolver trabalho semelhante com as entidades médicas e se comprometeram a avaliar a proposta.

Contratualização

A pedido da Comissão Nacional para Implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) prorrogou por mais 150 dias o prazo para a assinatura dos contratos de prestação de serviços entre médicos e operadoras de planos de saúde. Assim, o prazo final para a contratualização passa a ser 14 de agosto. Prevalece, do mesmo modo, a recomendação para que os contratos sejam assinados conforme as deliberações da Comissão Estadual de Honorários Médicos.

Encontro dos Conselhos

A mobilização visando a implantação da CBHPM, inclusive com aprovação de projeto de lei no Congresso, mereceu destaque especial nas atividades do I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina de 2005, realizado de 9 a 11 de março em Aracaju (SE). Ato médico, exame de habilitação, recertificação de títulos de especialista, proliferação de escolas médicas e a convalidação dos diplomas de médicos graduados no Exterior foram outros assuntos em destaque, assim como o projeto de acomodação diferenciada na esfera do SUS, em palestra proferida pelo deputado Rafael Guerra, da Frente Parlamentar da Saúde. O Encontro foi aberto pelo presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade, que fez a apresentação de contas do exercício passado. Também foram tratadas questões relativas às atividades dos Conselhos. O Paraná esteve representado pelos conselheiros Donizetti Giamberardino Filho, Hélcio Bertolozzi Soares, Raquele Rotta Burkiewicz, Luiz Sallim Emed, Gerson Zafalon Martins e Mauri Piazza.

Projeto de lei

O presidente da Câmara dos Deputados comprometeu-se a colocar em votação ainda no mês de março o substitutivo do Projeto de Lei n.º 3.466, que referencia a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) na contratualização da saúde suplementar. Em reunião com os presidentes do CFM, Edson de Oliveira Andrade, da AMB, Eleuses Vieira de Paiva, e com o deputado federal Rafael Guerra, relator do substitutivo, além de outras lideranças médicas Severino Cavalcanti disse que irá pautar a matéria, que tramita em regime de urgência, para apreciação do plenário da Câmara, tão logo a versão final do substitutivo esteja completa. A versão final, conforme foi acertado com o ministro da Saúde, Humberto Costa, está sendo elaborada pelo deputado Rafael Guerra, com a colaboração das entidades médicas e ANS. Todos os médicos podem cooperar pela aprovação do projeto mobilizando os parlamentares do Estado. Nos sites das entidades estão disponíveis os mecanismos para enviar e-mails aos deputados.

Calendário de reuniões

Foi estabelecido o calendário de reuniões da CNI com as Comissões Estaduais e presidentes AMB, CFM e FENAM:

- 09 de abril, em Maceió
- 17 de junho, em São Paulo

Reuniões da CNI com as Comissões Estaduais Regionais:

- 9 de abril, do Nordeste (em Maceió)
- 20 de maio, do Centro-Oeste (Local a definir)
- 03 de agosto, do Norte (Local a definir)
- setembro, do Sul (data e local a definir)
- novembro, Sudeste (data e local a definir